

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**MARISTELA DEISE MOSER**

**O COMPORTAMENTO DO *SPREAD* E A EVOLUÇÃO DAS TARIFAS  
BANCÁRIAS À LUZ DOS CUSTOS E RECEITAS DO BESC, NO  
PERÍODO DE 1994 A 2004**

**FLORIANÓPOLIS  
2005**

**MARISTELA DEISE MOSER**

**O COMPORTAMENTO DO *SPREAD* E A EVOLUÇÃO DAS TARIFAS  
BANCÁRIAS À LUZ DOS CUSTOS E RECEITAS DO BESC, NO  
PERÍODO DE 1994 A 2004**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração.

Universidade Federal de Santa Catarina.

Curso de Pós-Graduação em Administração.

Área de concentração em Gestão da Informação e Inovação.

Orientador: Prof. Dr. Altair Borgert

**FLORIANÓPOLIS  
2005**

M899c Moser, Maristela Deise

O comportamento do *spread* e a evolução das tarifas bancárias à luz dos custos e receitas do BESC, no período de 1994 a 2004 / Maristela Deise Moser; orientador Altair Borgert. – Florianópolis, 2005.  
119 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina,  
Programa de Pós-Graduação em Administração, 2005.

Inclui bibliografia

1. Banco do Estado de Santa Catarina – Administração. 2. Bancos – Santa Catarina – História. 3. Custos e receitas bancárias. 4. Intermediação. 5. Spread. 6. Tarifa. I. Borgert, Altair. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 65

**MARISTELA DEISE MOSER**

**O COMPORTAMENTO DO SPREAD E A EVOLUÇÃO DAS TARIFAS  
BANCÁRIAS À LUZ DOS CUSTOS E RECEITAS DO BESC, NO  
PERÍODO DE 1994 A 2004**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão da Informação e Inovação do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 13 de dezembro de 2005.

---

Prof. Dr. Rolf Hermann Erdmann  
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

---

Prof. Dr. Altair Borgert  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Marcos Laffin  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Panceri  
Universidade do Sul de Santa Catarina

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, que me deu saúde, força e coragem, como também por ter colocado em meu caminho pessoas que tornaram possível realizar este sonho.

Agradeço ao meu orientador Altair Borgert pelas suas orientações e ensinamentos, e aos demais professores do programa de Pós-graduação em Administração, com os quais tive a oportunidade de conviver e aprender.

Agradeço ainda aos meus colegas das diversas turmas de estudos, pelas relações de companheirismo feitas no decorrer das disciplinas cursadas. De forma especial, a Jóici, Jeane e Vera, que se disponibilizaram em ler o texto, contribuindo com críticas e sugestões para uma melhor condução do trabalho.

À minha família, aos amigos e aos colegas de trabalho, pela paciência que tiveram nos momentos difíceis, frutos da tensão, provocados pela incerteza e pelo desânimo que ocorrem ao longo dos meses de estudo. Nesses momentos, pude contar sempre com a compreensão e com o incentivo para o término deste estudo.

Enfim, gostaria de compartilhar a alegria dessa conquista com todas as pessoas que de algum modo contribuíram para a conclusão dessa etapa de minha vida.

“... Há quem diga que todas as noites são sonhos”.  
Mas há quem garanta que nem todas, só as de verão.  
Mas no fundo isso não tem muita importância.  
O que interessa mesmo não são as noites em si, são os sonhos.  
Sonhos que o homem sonha sempre.  
Em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado...”  
(William Shakespeare)

## RESUMO

MOSER, Maristela Deise. **O comportamento do *spread* e a evolução das tarifas bancárias à luz dos custos e receitas do BESC, no período de 1994 a 2004.** 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Orientador: Altair Borgert

Defesa: 13/12/2005

Este estudo foi construído a partir da observação da baixa dos juros, provocada com a implantação do Plano Real. Este evento, apesar de influir diretamente na rentabilidade dos bancos, permaneceu nos mesmos níveis. Em contrapartida, nessa mesma época verificou-se a intensificação na cobrança de tarifas bancárias pela realização da prestação de diversos serviços. O fato possibilitou a construção de uma conjectura relacionada à intermediação bancária, após o Plano Real, na qual a queda dos juros das operações de crédito provocou um incremento na cobrança de tarifas. Assim, o objetivo deste estudo é verificar o comportamento dessas receitas (operações de crédito e serviços) frente aos custos e receitas do BESC. Para o entendimento e fundamentação do contexto, é realizada uma revisão teórica abordando-se o conteúdo relacionado ao setor bancário e à contabilidade de custo direcionada às empresas de serviço. Da forma como foi idealizado o estudo, o método que está alinhado à proposta da pesquisa é o hipotético-dedutivo, em que se parte de um problema prático observado (baixa dos juros), passando para a explicação e consequência dos fatos (cobrança de tarifas). Para a verificação dessa hipótese, foram utilizados os dados do BESC. A empresa citada encontra-se num regime especial de gestão, qual seja a federalização. Porém, como banco brasileiro que sofre as mesmas regulamentações que os demais, os dados levantados tendem a corroborar com a conjectura, cujo equilíbrio das receitas foi decorrente da evolução na cobrança das tarifas bancárias, alterando a sua proporção na parcela referente ao custo operacional.

Palavras chaves: Custos e receitas bancárias, intermediação, *spread* e tarifa.

## ABSTRACT

MOSER, Maristela Deise. **O comportamento do *spread* e a evolução das tarifas bancárias à luz dos custos e receitas do BESC, no período de 1994 a 2004.** 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Orientador: Altair Borgert

Defesa: 13/12/2005

This research was made from observing the interests drop, caused by the Plano Real implementation. This event, although it influences directly on banks yields, it remained on the same levels. On the other hand, in this same time was observed intensification on banks tariffs charges by the execution of diverse services render. The fact allowed a construction of a conjecture related to the bank intermediates, after the Plano Real, on which the drop of the interests of the credit operations resulted on a tariffs charge increment. Anyway, the objective of this research is to verify the behavior of these revenues (credit and services operations) front to the costs and revenues of BESC. Looking for the knowledge and foundation of the context, it is done at theoretical revision approaching the related content to the banking sector and the cost accountability direct to services companies. The ways that the research idealized, the method that is lined to the research proposal is the hypothetical-deductive, where it comes from a practical problem observed (interests drop), next to an explanation and consequence of the facts (tariffs charge). In order to verify this hypothesis, was used the data from BESC. The company mention is on a special policy management which is the federalization. However, as like Brazilians banks that suffer the same regulations as the others, the data raised, tend to confirm with the conjecture, which the revenues balance was result of the evolution of the bank tariffs charges, modifying its proportion on the quota reference to the operation cost.

Key words: Banking costs and revenues, intermediates, *spread* and tariffs.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC E DO <i>SPREAD</i> DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	77
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TARIFAS .....	85
GRÁFICO 3: RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	102
GRÁFICO 4: PROPORÇÃO DA RECEITAS DE SERVIÇO X CUSTO FIXO .....	105
QUADRO 1: EXEMPLO DE EMPRESA DE SERVIÇO .....	42
QUADRO 2: SIMULAÇÃO DE CAPTAÇÃO DE EMPRÉSTIMO .....	72
QUADRO 3: <i>SPREAD</i> BACEN E BESC(1) .....	78
QUADRO 4: TARIFAS PRATICADAS PELO BESC EM ABRIL 1994 .....	84
QUADRO 5: TABELA PARCIAL DE TARIFAS DO BESC DE DEZEMBRO/2004 .....	118

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: TAXA SELIC EFETIVA MENSAL.....	68
TABELA 2: INDICADORES DE INFLAÇÃO DO BRASIL .....	70
TABELA 3: <i>SPREAD</i> EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO BESC .....	75
TABELA 4: <i>SPREAD</i> DO BESC, OUTRA ABORDAGEM .....	79
TABELA 5: QUANTIDADE DE TARIFAS POR SEMESTRE .....	83
TABELA 6: EXEMPLOS DE EVOLUÇÃO DE TARIFAS PRATICADAS PELO BESC.....	88
TABELA 7: TARIFAS ATUALIZADAS PELO IGP-DI.....	89
TABELA 8: CONTAS DE RESULTADO – FOCO RECEITAS DE TARIFAS.....	92
TABELA 9: RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO .....	93
TABELA 10: RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS.....	94
TABELA 11: RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS INDEXADOS PELO IGP-DI .....	95
TABELA 12: CUSTO FIXO DO BESC.....	98
TABELA 13: EVOLUÇÃO DO CUSTO FIXO, RECEITA DE SERVIÇO E DE CRÉDITO .....	99
TABELA 14: RECEITAS COM CRÉDITO PESSOAL.....	102
TABELA 15: PROPORÇÃO DAS RECEITAS DE SERVIÇO .....	103

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABC – Custo Baseado em Atividades

BACEN – Banco central do Brasil

BESC – Banco do Estado de Santa Catarina S/A

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEF – Caixa Econômica Federal

CDB – Certificado de Depósito Bancário

CMV – Conselho Monetário Nacional

COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DRE – Demonstração de Resultado do Exercício

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

FUSESC – Fundação Codesc de Seguridade Social

IGP – Índice Geral de Preços

IPA – Índice Preços no Atacado

PDI – Programa de Demissão Incentivada

PROES – Programa de Estímulo à Redução do Setor Público no Sistema Financeiro

RAET – Regime de Administração Temporária Especial

RDB – Recibo de Depósito Bancário

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia de Títulos Públicos

SFH – Sistema Financeiro da Habitação

SDN – Sistema Financeiro Nacional

SUMOC – Superintendência da Meda e Crédito

URV – Unidade Real de Valor

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	12
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....	12
1.2	OBJETIVOS .....	16
1.2.1	Objetivo geral .....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA .....	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1	O SETOR BANCÁRIO NO BRASIL.....	19
2.1.1	Dados históricos do setor .....	20
2.1.2	Função dos bancos: econômica e social.....	24
2.1.3	A política monetária.....	25
2.1.4	Serviços e produtos bancários .....	29
2.2	A CONTABILIDADE BANCÁRIA .....	33
2.3	CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	37
2.3.1	Contabilidade de custos nas empresas de serviço.....	41
3	METODOLOGIA DA PESQUISA .....	47
3.1	PERGUNTAS DA PESQUISA .....	48
3.2	MÉTODO DE PESQUISA.....	49
3.3	NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	51
3.4	DELINEAMENTO E LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	53
3.5	DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS TERMOS E VARIÁVEIS .....	54
3.6	COLETA DE DADOS.....	56
3.7	ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS .....	57
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	58
4.1	DESCRIÇÃO DA EMPRESA.....	58
4.2	ÍNDICES ECONÔMICOS .....	66
4.2.1	Taxa SELIC .....	66
4.2.2	Inflação no Brasil.....	69
4.2.3	<i>Spread</i> bancário .....	71
4.3	TARIFAS BANCÁRIAS.....	80
4.3.1	As tarifas no BESC.....	82
4.3.2	A contabilização das tarifas.....	90

4.4	OS NÚMEROS DA EMPRESA – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	96
4.5	INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....	100
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	106
5.1	CONCLUSÕES .....	107
5.2	RECOMENDAÇÕES.....	111
	BIBLIOGRAFIA .....	114
	ANEXOS .....	117

# **1 INTRODUÇÃO**

Esta fase do trabalho tem como propósito a exposição dos aspectos introdutórios da pesquisa, com destaque para o tema e o problema, a definição dos objetivos (geral e específicos), além da apresentação das justificativas que motivaram o seu desenvolvimento.

## **1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA**

Atualmente, observa-se uma freqüência no uso de palavras como globalização, burocratização, transformação, gestão e adaptação ao cotidiano de organizações e de indivíduos. Tais palavras expressam em seus conceitos idéias de movimento, algo que está em constante mudança.

A Revolução Industrial foi um marco no sistema de gestão, seja na forma de administrar como no modo operacional das empresas. Esse momento foi caracterizado pela introdução de máquinas no processo produtivo, cujo foco se deu na busca da produtividade e da rentabilidade de produtos e serviços.

O aprimoramento continuado das máquinas no processo produtivo, ao longo do tempo, transformou o trabalho. Porém, as empresas industriais não tiveram o mesmo destaque inicial, a tal ponto que os setores de crescimento, na visão de

Drucker (2001), no século XX, foram: governo, serviços de saúde, educação e lazer. Pode-se dizer que as empresas de serviço são os destaques da economia atual.

Nas últimas décadas, o ambiente diversificado e volátil que organizações e indivíduos enfrentam, pautado em constantes mudanças, obriga-os a atuarem em diversos cenários, como também adequarem os seus procedimentos de gestão com intuito da perpetuação e do sucesso organizacional.

No mundo globalizado, ações de regulamentação de mercado são comuns nos países, provocando instabilidade e oportunidades para quem for ágil na busca de soluções.

Nesse contexto, o setor bancário não ficou imune às mudanças. Nos últimos anos, aconteceram ajustes de natureza diversa, tais como: fusões, aquisições, privatização e regulamentação de mercado. Esses fatores provocam uma nova tendência para o setor, a qual, segundo Modé (2003, p. 11), está ligada a fatores macroeconômicos (baixa de juros), cujos bancos deverão investir na escala e na eficiência, como também retornar à “atividade-mãe dos bancos: que é o de emprestar dinheiro”.

O processo de baixa dos juros que almejam os brasileiros decorre de diversos planos econômicos que estão sendo implementados há algum tempo. Os planos econômicos são ações da política econômica do Governo que, segundo Fortuna (2002, p. 47), consistem: “em promover o desenvolvimento econômico, garantir o pleno emprego e sua estabilidade, equilibrar o volume financeiro das transações econômicas com o exterior, garantir a estabilidade de preço e o controle da inflação e promover a distribuição da riqueza e das rendas”. Então, ao citar os Planos Collor I e II e Verão, observam-se movimentos que buscavam a estabilidade econômica, porém tais planos não atingiram o sucesso pleno em sua aplicação.

Após diversas tentativas, aconteceu a implementação do Plano Real com a Medida Provisória 542, de 01.07.94, que pode ser considerado um marco para a economia brasileira, tendo como objetivo a estabilidade econômica por meio do controle da inflação. O referido plano econômico promoveu também a mudança da moeda de Cruzeiro Real para o atual Real. Com esse evento, as organizações iniciaram uma nova fase, com a possibilidade de planejar seus custos sem a utilização de indexadores, prática comum antes do Plano Real.

Seguindo esse raciocínio, a estabilidade promovida pela edição do Plano Real influenciou alterações nos procedimentos das instituições bancárias. O desenvolvimento do tema da presente pesquisa refere-se à gestão desses custos com esse novo cenário, cujo tema se relaciona com o estudo do comportamento do “*spread*” e das tarifas. Uma das possíveis definições para o *spread* “é a diferença entre o custo de captação de dinheiro por um banco e a taxa de juros por ele cobrada dos tomadores de empréstimos” (AURÉLIO, 1999, p. 1889).

Além do que, esses dois termos podem ser interpretados de forma inversa, pois para o mercado são vistos como custo e, para as instituições bancárias, como receitas. Essas receitas referem-se à reintegração dos custos pelos bancos no desenvolvimento de suas atividades. Portanto, a estabilidade econômica provocou mudanças nas receitas dos bancos, onde se observa uma necessidade de equilibrar os custos operacionais com outras rendas caracterizadas para este estudo de tarifas.

A gestão do “custo” possui um lugar de destaque na atividade bancária e nos diversos setores da economia, como também seu conceito e aplicação são disseminados na administração das empresas em busca de resultados. Corroborando com essa idéia, Leone (1998, p. 9) argumenta que a Contabilidade de



Custos busca coletar os custos e os organiza em informações importantes na gestão da empresa, que almeja atingir três objetivos principais: “a determinação do lucro, o controle das operações e a tomada de decisões”.

Por conta dessa busca por estabilidade inflacionaria, as ações econômicas implementadas pelo Governo têm como meta a queda e o controle da inflação. Este controle está relacionado às taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras e pelo mercado de forma geral. Então, os bancos direcionaram ações na busca de solução para esse novo ambiente, com foco na manutenção da rentabilidade do setor.

Sendo assim, a tendência de baixa dos juros no Brasil, pode-se dizer, foi viabilizada devido aos últimos indicadores da inflação no País. Falcão Filho (2003) argumenta que os banqueiros, frente a esse novo cenário de juros baixos, não estão mais preocupados com o percentual da taxa de juros, pois o foco está no ganho em escala. Outro fato que contribui para essa tendência tem ligação com a meta do atual Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que enfatizou em seu discurso de posse (ao referir-se ao *spread* bancário) que “quer ver esse custo baixar” (apud MODÉ 2003, p. 10).

Por outro lado, Fortuna (2002, p. 126) argumenta que em 20/08/1990 “a disponibilidade dos recursos transitórios dos clientes para os bancos foi drasticamente reduzida” devido à mudança na incidência dos elementos que compõem o cálculo do depósito compulsório.

Além disso, os clientes dos bancos, após o Plano Real, começaram a observar a cobrança de diversos serviços que antes não eram tarifados. No decorrer do tempo, a diversidade tarifária continuou se ampliando, tornando-se uma ferramenta de concorrência, resultando na sua regulamentação através da

publicação da Resolução nº 2.303 do Banco Central, em 25.07.96, segundo estudos de Fortuna (2002, p. 126).

Sendo assim, pelas argumentações levantadas, esta proposta de estudo busca verificar **“Como se comportou o *spread* das operações de crédito e a evolução das tarifas bancárias à luz dos custos e das receitas do BESC, considerando-se o período de 1994 a 2004?”**

## **1.2 OBJETIVOS**

Nesta fase relativa à formulação dos objetivos da pesquisa, a metodologia em ciência social instrui que eles deverão “responder às questões para quê? e para quem?”, segundo argumentação de Richardson (1989). Ademais, deverão ser formulados um objetivo geral e alguns específicos, os quais auxiliarão os seus delineamentos, para que o foco de estudo esteja relacionado aos eventos e fenômenos ligados ao tema e ao problema da pesquisa.

### **1.2.1 Objetivo geral**

A proposta deste estudo é analisar o comportamento do *spread* das operações de crédito e a evolução das tarifas bancárias à luz dos custos e das receitas do BESC, no período de 1994 a 2004.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

A presente pesquisa tem como objetivos específicos os seguintes tópicos:

- identificar os componentes que influenciam na formação do “*spread*” e mostrar a sua evolução referente ao período proposto pela pesquisa;

- levantar a evolução das tarifas bancárias relativas aos anos de 1994 a 2004;
- identificar a estrutura de custos da instituição bancária em estudo, no período de 1994 a 2004;
- comparar as receitas provenientes das tarifas com o custo operacional da instituição bancária foco do estudo.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se pela carência de estudos na área que aborda uma relação entre a queda dos juros bancários e a rentabilidade do setor, no qual os índices permanecem praticamente nos mesmos níveis, apesar das regulamentações efetuadas no ambiente econômico brasileiro após 1994.

A economia brasileira busca há algum tempo a estabilidade, e tal fato pode ser constatado com ações implementadas pelo Governo Federal através das políticas monetárias, principalmente nas últimas duas décadas. Por conseguinte, a busca é contínua pelo controle da inflação, já que ela está diretamente relacionada à taxa de juros praticada pelo mercado.

Com o controle da inflação, uma das primeiras conseqüências visualizadas foi a queda da taxa dos juros, e isso afetou a rentabilidade dos bancos, pois uns percentuais de rentabilidade bancária estavam alicerçados no *float* e no *spread* das transações financeiras.

No entanto, o setor bancário foi ágil na solução da manutenção de seus níveis de rentabilidade. Pode-se observar que após o evento do Plano Real os bancos iniciaram, de forma incisiva, a cobrança por serviços prestados,

denominados de tarifas bancárias. Muitas destas tarifas antes não eram cobradas em virtude do prazo de permanência dos valores nos bancos (*float*) e da rentabilidade que os recursos depositados lhes davam (*spread*).

Sendo assim, essa evidência pode ser constatada em um levantamento efetuado junto a uma instituição bancária, onde consta que em Janeiro/94 a mesma tinha uma relação de 34 (trinta e quatro) serviços a serem tarifados. Entretanto, na sua tabela de tarifas bancárias de Junho/03, constam 163 (cento e sessenta e três) itens passíveis de tarifação.

Outro ponto que desperta a investigação prende-se ao fato de que as empresas de serviços foram destaque na geração de riquezas no século XX e com possibilidades de continuarem no próximo século, segundo estudos de Drucker (2001), uma vez que instituições financeiras são exemplos desse tipo de empresa.

Dessa forma, este trabalho justifica-se por uma tentativa de explicação dos aspectos envolvidos que resultaram em procedimentos de cobrança crescente por serviços prestados por parte dos bancos, denominados de tarifas. Ao mostrar a evolução desse movimento, ocorre a observação do comportamento dos custos e das receitas com a estabilização econômica em uma instituição bancária.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta etapa, o foco do estudo é o levantamento das diversas teorias que auxiliam no entendimento e na solução do problema da pesquisa. Richardson (1989) salienta que o pesquisador deve desenvolver e se ater ao embasamento teórico que seja pertinente ao tema, evoluindo de teorias de nível macro para o nível micro, o que “implica a inferência de pressupostos que possam dar maior abrangência da realidade a ser estudada”.

### **2.1 O SETOR BANCÁRIO NO BRASIL**

Os bancos, no Brasil, criaram uma necessidade na vida organizações, privadas ou públicas, devido à maneira arrecadadora que foram operacionalizando, no decorrer do tempo, as diversas arrecadações (tributos/ recebíveis), e a intermediação de valores. Fortuna (2002) reforça essa argumentação ao dizer que “a atividade bancária brasileira possui características próprias”, as quais se distanciaram dos modelos europeu e americano, quando da criação desse setor no Brasil.

Todavia os bancos, na maioria dos países, sobrevivem da sua atividade principal, isto é, emprestar dinheiro aos seus clientes. Mas, no Brasil, há outro fator

que diferencia o País dos demais. Decorre do fato de o governo brasileiro ser o maior tomador de empréstimo, financiando seu déficit mediante a emissão de títulos públicos. Nesse contexto, a queda de juros encontra-se atrelada a diversas ações que promovem o controle da inflação e a redução da dívida pública. (FEBRABAN, 2003).

Com a estabilização da economia refletida pelo controle da inflação, em decorrência da implantação do Plano Real, o setor bancário sofreu mudanças. Isso deveu-se principalmente por ele ser beneficiário das distorções econômicas provenientes das altas taxas de juros. Apesar disso, os bancos encontraram soluções para continuarem a ser rentáveis com o novo cenário. O motivo, segundo Carvalho (Balanço Anual, Gazeta Mercantil p. 282), deve-se ao fato de que os bancos “aprenderam a ser mais eficientes, controlando os custos” e também a busca de outras receitas através da fragmentação na cobrança de serviços via tarifas.

### **2.1.1 Dados históricos do setor**

A palavra banco, conceitualmente, possui diversos pontos de vista quanto a sua origem, conforme reafirmam Colli e Fontana (1996, p. 15), ao citarem que “é assunto muito controvertido” a história inicial dos bancos. Saliendam os estudiosos do tema (Contabilidade, técnica e Economia bancária) que cada vertente busca justificativas para comprovar a sua linha de pensamento. Assim, os primeiros vestígios de procedimentos bancários foram visualizados na Era Cristã, mais especificamente, no comércio realizado pelos hindus e chineses.

A corrente de pensamento argumentada por Colli e Fontana (1996) mostra que os judeus da Lombardia costumavam realizar operações de compra e troca de moedas e pedras preciosas sob uma banca que era montada em uma feira ou praça.

Outro indício desse ponto de vista é a palavra “bancarrota”, utilizada para referir-se a um banco ou banqueiro que está quebrado ou falido. Assim, Colli e Fontana (1996, p. 15) definem bancos como “empresas que possuem capitais próprios e de terceiros (depósitos) e empregam esses recursos em diversas espécies de operações peculiares ao comércio de dinheiro, com o objetivo de obter lucro”.

O primeiro banco, segundo historiadores, chamou-se La Banca di Venezia, com sede na Itália. No entanto, há controvérsia em relação à data de fundação, que pode ter ocorrido em 1.157 ou 1.171. Dos diversos bancos que surgiram na época, dois ainda existem, são eles: Banca della Pietá (atualmente denominado de Banca di Napoli), fundado em 1539, e o Monte di Paschi di Siena, que teve sua fundação em 1622 (COLLI; FONTANA, 1996).

O primeiro modelo bancário no Brasil foi o europeu, o qual realizava basicamente operações de depósito e empréstimos, tendo sua implantação ocorrida no Império. Os bancos, segundo Fortuna (2002), no decorrer do tempo, preservaram e mantiveram uma característica austera em seus procedimentos. As transformações no setor começaram a partir da metade do século XX, com o pós-guerra e o progresso (industrialização).

A partir dos anos 50, segundo Fortuna (2002), inicia-se uma fase intermediária do setor no Brasil, caracterizada pela expansão econômica e propagação da atividade bancária. Porém, observou-se a falta de capacidade de administração para tal segmento. Como consequência, foi criada em 1945 a Superintendência da Moeda e Crédito (Sumoc), por meio do Decreto-Lei nº 7.293, com o objetivo de exercer o controle do mercado monetário.

Outro fato relacionado ao mesmo decreto foi o da criação do depósito compulsório como “instrumento de controle do volume e dos meios de pagamento”.

Então, nessa época, ocorreu o saneamento do setor, com fusões, incorporações e encerramento de atividades de alguns bancos.

Os bancos, como se identifica atualmente, provêm da reforma bancária (Lei nº 4.595, de 31.12.64) e da Reforma do Mercado de Capitais (Lei nº 4.728, de 14.07.65), e que causaram controvérsia pela adoção de uma das duas correntes: a européia, caracterizada pela operacionalização de todas as modalidades de intermediação financeira ou o modelo americano, no qual predominava a especialização.

Tais reformas são a base da atual estrutura do sistema financeiro, que criou o Conselho Monetário Nacional (CMV) e o Banco Central do Brasil (BACEN), como também regulamentou as outras instituições de intermediação, entre as quais as integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), conforme relatos de Fortuna (2002).

Na seqüência, foi incorporada ao sistema financeiro a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criada através da Lei nº 6.385, de 07.02.76, para regulamentar as operações do mercado de capitais.

Contextualizando as citações de Fortuna (2000), Sant'ana (1997) argumenta que o fruto dessas regulamentações promoveu o rearranjo no sistema financeiro brasileiro, conforme segue a nova estrutura:

- Autoridades Monetárias: responsáveis pela parte normativa do sistema, composto pelo Conselho Monetário Nacional, BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Sistema Monetário: Composto pelos bancos comerciais (públicos e privados), bancos múltiplos e pelas caixas econômicas (federal e



estadual). São chamados de intermediários financeiros e possuem a característica de emitirem moeda escritural;

- Sistema não-monetário: caracteriza-se pela não-emissão de moeda. É representado pelas seguintes instituições: Sistema de Poupança e Crédito, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Bancos Estaduais de Desenvolvimento, Bancos de Investimento, Sociedade de Crédito e Investimento, Sociedade de Arrendamento Mercantil, Bolsa de Valores, Bolsa de Mercadorias e Futuros, Corretoras de Valores e as Distribuidoras de Valores.

O principal órgão do sistema financeiro é o Conselho Monetário Nacional que, além da normatização do setor, também “é o responsável pelas diretrizes da política monetária creditícia e cambial” (SANT’ANA, 1997, p. 73). Porém, o responsável pela execução e pelo cumprimento das normas e decisões da CMV é o Banco Central do Brasil; a CVM é o órgão disciplinador e fiscalizador do mercado de ações, debêntures e títulos privados.

Com referência ao sistema monetário, destaca-se a publicação da Resolução nº 1.524/38, de 22.09.88, a qual facultou aos bancos comerciais se organizarem em uma única personalidade jurídica, isto é, operar em uma mesma instituição as atividades de Banco de Investimento, Sociedade de Crédito Imobiliário e Sociedade de Crédito e Financiamento, que se denomina de banco múltiplo. Na prática, são mantidas as funções dessas instituições em separado. Essa opção para os bancos comerciais tem como vantagem a redução de custo em razão do sistema de caixa único e de apresentar apenas um balanço.

Fortuna (2002) argumenta que, devido ao conjunto de regulamentações e de

saneamento no mercado bancário, ocorridos através de eventos como a globalização, abertura econômica, o Plano Real e a Adesão do Brasil ao Acordo da Basileia, o setor está iniciando uma nova fase, que deverá provocar uma revolução nos métodos e práticas da atividade bancária. Pode-se dizer que algumas mudanças já se encontram presentes devido a utilização e disseminação dos meios tecnológicos nas operações bancárias, que tem relação com a redução e controle dos custos.

### **2.1.2 Função dos bancos: econômica e social**

O sistema financeiro detém um papel importante na economia, caracterizado pela transferência de fundos dos poupadores para os tomadores de empréstimos. Dentro do contexto do sistema financeiro, os bancos são denominados instituições financeiras bancárias por aceitarem depósitos de indivíduos e empresas e por realizarem empréstimos.

Os bancos, segundo Hillbrecht (1999, p. 96), “são os mais importantes intermediários financeiros” em função da transferência de fundos e pela captação de depósito à vista, por ser através deles que é determinada a oferta de dinheiro.

Além da função econômica, os bancos apresentam duas funções sociais de prestação de serviços: a arrecadação de tributos e o pagamento de benefícios.

A literatura que versa sobre o assunto argumenta que não há uma data que identifique quando os bancos começaram a exercer as funções de prestadores de serviços. Como forma de angariar clientes, eles sofisticaram seus serviços, oportunizando a celebração de convênios de cobranças diversas, abrindo caminho para arrecadação de tributos, conforme estudos de Fortuna (2002).

No que se refere à administração pública, os bancos desenvolveram mecanismos que agilizaram a arrecadação das receitas provenientes de tributos. Com esse serviço, originaram-se outros, tais como o pagamento dos funcionários públicos e dos beneficiários da Previdência. Como consequência, tiveram que desenvolver relatórios de controles para atender às necessidades de informação, tanto do Governo quanto dos clientes.

Na década de 60, grande parte dos municípios tinha as Coletorias Federais e Municipais, além das empresas de serviços públicos (água, luz, gás e telefone), sendo que cada um desses órgãos exercia a função individual de cobrança. Nessa mesma época, o serviço básico dos bancos era de recebimento de depósitos e empréstimos.

Considerando-se que a evolução econômica brasileira possibilitou a disseminação da rede de agências bancárias e, como os órgãos da administração pública estavam desgastados e onerados pela função de arrecadação, aos poucos os bancos começaram a substituir essa função. Essa substituição foi decorrente da estruturação do setor e da velocidade da transferência de valores, beneficiando os contribuintes com o pagamento e recebimento em um único local.

Sendo assim, o que foi relatado é uma das características do setor bancário brasileiro, o que o torna diferente dos modelos que o originaram, segundo os estudos de Fortuna (2002), em que muitas funções estranhas à área financeira foram incorporadas com competência pelos bancos.

### **2.1.3 A política monetária**

A política monetária identifica uma das quatro políticas econômicas do

Governo. As outras são: fiscal, cambial e de rendas, cada uma com seus objetivos fundamentais.

O presente estudo concentra-se no âmbito da política monetária. Esta política, segundo Lopes e Rossetti (1998, p. 23), pode ser definida como “o controle da oferta da moeda e das taxas de juros no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política econômica global do governo”.

Ocorre que, devido ao ambiente econômico, os mecanismos que são implementados para o controle da moeda às vezes não atingem o objetivo pretendido, provocando um desequilíbrio entre os meios e os fins (objetivos) da política monetária.

O objetivo dominante da política monetária, conforme Lopes e Rossetti (1998, p. 254), “variam no tempo e no espaço” devido ao momento econômico da sociedade. Porém, o foco da política econômica concentra-se na consecução dos seguintes objetivos: promoção do desenvolvimento econômico, aumento da produção com redução do desemprego, equilíbrio nas transações econômicas com o exterior, estabilidade dos preços e controle da inflação, finalizando com o equilíbrio na distribuição da riqueza e renda.

Neste contexto, nas últimas duas décadas, no Brasil, houve a implementação de vários planos econômicos ocasionados pelo processo inflacionário brasileiro, o qual dificultava que os objetivos da política monetária fossem atingidos. Torna-se oportuno lembrar esses planos econômicos, como também suas ações, mostrando a trajetória percorrida até a implementação do Plano Real, o qual está sendo eficaz até o momento no que tange ao controle da inflação e da taxa juros.

A primeira tentativa de controle da inflação foi o Plano Cruzado, implementado em fevereiro de 1986, através do Decreto-Lei nº 2.283. Este decreto promoveu basicamente o congelamento geral de preços e a mudança de moeda de cruzeiro para cruzado. Porém, como não houve medidas corretivas, os índices inflacionários, já no final de 1986, poucos meses desde a sua implantação, já indicavam que havia uma inflação reprimida.

Então, a segunda tentativa de combate à inflação aconteceu no primeiro semestre de 1987, com a deflagração do Plano Bresser. Mas, novamente ações não tiveram êxito, porque, segundo Lopes e Rossetti (1996), as causas do desequilíbrio monetário não foram combatidas, pois o orçamento público é que estava cobrindo o desajuste monetário.

Na continuidade do processo de combate à inflação, a consequência foi a edição de outro choque heterodoxo chamado de Plano Verão, implementado em 1989, que também não teve sucesso.

Em março de 1990, quando da instalação do Governo Collor, um novo conjunto de ações foi implementado, tendo como foco o ajuste fiscal e monetário. Lopes e Rossetti (1996, p. 377) destacam que o impacto do plano foi “o seqüestro dos ativos financeiros” e de características “sem precedentes históricos no País”. Mas, mesmo com este procedimento radical, os níveis inflacionários continuaram ascendentes.

Então, o mesmo governo, em 1991, implementou um novo plano econômico, porém seus resultados foram efêmeros. Na história inflacionaria do Brasil, a partir de 1991 até 1993, houve um pico inflacionário que em 1993 terminou com uma taxa acumulada medida pelo IGP-DI de 2.708,6%.

Com a edição dessas tentativas, surgiu o Plano Real, editado através da Medida Provisória nº 434, de 27.02.1994, que teve como ponto de partida a unificação da moeda, cuja URV (Unidade Real de valor – criada para ser o único indexador da economia antes da implantação do Plano Real) equivaleria a um Real, a nova moeda. De acordo com Lopes e Rossetti (1996), os demais instrumentos de estabilização do Plano Real concentraram-se na ortodoxia depois da emissão da moeda, como a substituição do meio circulante, o controle da oferta monetária, lastreamento do processo emissor, as restrições à liquidez, a sustentação do câmbio e abertura da economia. Até o momento, segundo os índices inflacionários, este plano está conseguindo o seu intento.

Nesse contexto, para o controle da circulação da moeda existem instrumentos clássicos utilizados, que são operacionalizados pelo Banco Central com a função básica de controlar a expansão do crédito, também caracterizado como meios (instrumentos) usados pelas autoridades econômicas. São os seguintes os mecanismos utilizados: depósito compulsório, redesconto ou empréstimo de liquidez, mercado aberto (*open market*) e controle e seleção de crédito, segundo a obra de Fortuna (2002).

A função do depósito compulsório é a de regular o multiplicador bancário, sendo imobilizado através de uma taxa de recolhimento de reserva obrigatória fixada pelo Conselho Monetário Nacional, variando a sua alíquota sobre os depósitos bancários e recursos de terceiros, o que irá restringir ou expandir os meios de pagamento. Cabe salientar que multiplicador bancário é o mecanismo operacional em que “os depósitos geram empréstimos, e estes geram novos depósitos” (FORTUNA, 2002, p. 75). Isto é, quando o BACEN aumenta o percentual do compulsório, os bancos têm redução sobre o total dos depósitos que podem ser

convertidos em empréstimos, mas, quando ocorre o inverso, a redução do compulsório, há o aumento da disponibilidade de recursos para emprestar.

Para atender as necessidades momentâneas de caixa dos bancos, o Banco Central fornece a eles a possibilidade do redesconto ou empréstimo de liquidez, isto é, uma operação que equilibra o caixa da instituição financeira.

Outro instrumento clássico da política monetária é a operação de mercado aberto. Segundo Lopes e Rossetti (1996), é o mais ágil, pois, diariamente, regula a oferta monetária, o custo primário do dinheiro na economia (taxas de juros de curto prazo), a disponibilidade ociosa de os bancos realizarem aplicações no curto prazo e garante a liquidez dos títulos públicos.

Por último, tem-se o controle e a seleção de crédito. Essa ferramenta restringe o livre funcionamento das forças do mercado, isto é, controla diretamente o volume e o preço do crédito. Esse contingenciamento possui algumas maneiras. São elas: “controle do volume e destino do crédito; controle das taxas de juros; fixação de limites e condições dos créditos”. (FORTUNA, 2002, p. 48).

Essas medidas de contingenciamento, além de atingirem os bancos, estendem-se também a outras instituições não-monetárias e a passivos financeiros.

#### **2.1.4 Serviços e produtos bancários**

Os bancos, dentro da estrutura do sistema financeiro, no que se refere ao seu modo de atuação, podem pender de popular a abrangente, informalmente, de acordo com o foco da segmentação de seus clientes que, conforme a obra de Fortuna (2002), podem ser classificados em:

- Bancos de negócios: direcionados para a intermediação de grandes

operações;

- Bancos de atacado: o foco está em atender poucos e grandes clientes;
- Bancos de varejo: dedicam-se a todo tipo de cliente, sem a preocupação com a quantidade e com o volume de recursos.

Esse contexto de segmentação de clientes diversifica-se de banco para banco, sendo que o nível de relacionamento e de reciprocidade do cliente para com o banco, e vice-versa, tem influência nos produtos e serviços no momento em que for utilizado.

Nesse sentido, de acordo com Fortuna (2002), entende-se por produtos de serviços a prestação de serviços aos clientes, em que o banco é remunerado pelo *float* ou com a cobrança de tarifas. Essas remunerações para os bancos sobre os serviços são caracterizadas como receitas, sendo que as do *float* estão diretamente relacionadas às alíquotas do depósito compulsório e às taxas de práticas pelo mercado.

Tais tarifas de serviços bancários são fiscalizadas pelo Banco Central e utilizadas como instrumento mercadológico. Quando ocorre mensuração da rentabilidade do cliente, este poderá ter uma redução ou isenção de determinadas tarifas, conforme a política adotada pelo banco. A tabela de tarifas é uma listagem onde se encontram relacionados os serviços com o seu respectivo valor (preço), que poderá ser cobrado pelo banco para realizá-los. Os serviços listados estão agrupados por semelhança. Esses agrupamentos podem sofrer variação de banco para banco, mas possuem um certo padrão devido à regulamentação imposta pelo Banco Central. Nesse sentido, segue um exemplo desse agrupamento, extraído dos estudos de Fortuna (2002), de situações que podem ocorrer na movimentação da



conta corrente, como: transferência de valores, despesas de comunicação, crédito, outros serviços, aluguel de cofre, financeira (operações) e cartão de crédito.

Quando da liberação e regulamentação da cobrança de tarifas promovida pelo BACEN, ocorrida em 25/07/96, foi normatizada a não-cobrança de algumas referentes à prestação de alguns serviços bancários aos detentores de contas bancárias. Então, como exemplo, se destaca: fornecimento de cartão magnético ou um talão com vinte folhas/ por mês, substituição de cartão magnético (exceto em caso de roubo ou perda), fornecimento de um extrato mensal.

Além das tarifas referentes aos serviços disponibilizados na própria instituição, há também as tarifas denominadas interbancárias, decorrentes dos cheques compensados de outros bancos e de títulos cobrados por outra instituição bancária, conforme a obra de Fortuna (2002).

Para um indivíduo ser cliente de um banco, ele deve abrir uma conta corrente em alguma instituição bancária. Então, ao abri-la, existe um custo implícito para movimentá-la, como também há captação por parte do banco para guarda do valor depositado (recurso). Esse procedimento é chamado de depósito à vista. Segundo Fortuna (2002, p. 131), depósito à vista é dito como uma captação de custo zero, sendo uma “atividade típica e distintiva dos bancos comerciais”. Cabe lembrar que até o Plano Color I os valores que permaneciam na conta corrente eram remunerados com um percentual da taxa SELIC. Hoje, encontra-se proibido esse mecanismo.

Pode-se dizer que a conta corrente fica mais bem caracterizada como serviço do que como uma captação, o que já foi citado anteriormente, pois os recursos tecnológicos disponibilizados pelos bancos para a movimentação da conta corrente, em termos de procedimento que o cliente pode fazer, além de ser um

diferencial entre os mesmos, podem alterar a qualidade no atendimento.

Nesse contexto, segundo argumentação de Fortuna (2002, p. 131), a conta corrente “é o produto básico da relação entre o cliente e o banco, pois através dela são movimentados, via depósito, cheques, ordens de pagamentos ou Doc, os recursos do cliente”.

Na seqüência têm-se os produtos de empréstimos, também chamados de operações ativas, caracterizadas quando o banco é credor, e se referem à intermediação entre o valor disponível de recursos captados dos poupadores para os agentes econômicos que necessitam desses recursos para realização de investimentos nos diversos setores da economia. Os bancos, ao realizarem essa transação, são remunerados através de uma taxa de juros. Essas remunerações auferidas com as operações ativas pelos bancos, para Colli e Fontana (1996, p. 71), são “as suas maiores fontes de redito”.

A remuneração dessas transações irá compor um percentual do lucro dos bancos, que é formado basicamente do “*spread*”, que “é a diferença entre o custo de captação de recurso e o retorno recebido pelos empréstimos concedidos com esses recursos” (HILLBRECHT, 1999, p. 96).

Os bancos, em suas operações de crédito, devem ter cuidado em seu deferimento, no sentido de diluir os riscos da inadimplência (atraso de pagamento e o não-pagamento), para não afetar o lucro adequado, no qual proporcione a continuidade da instituição.

Fortuna (2002) argumenta que existe uma variedade de produtos de empréstimos (operações), o que os diferencia são prazo, taxas, formas de pagamento e garantias. Mas, a criatividade da diferenciação fica limitada às

regulamentações impostas pelo Bacen. Citam-se algumas operações de crédito, tais como *Hot Money*, Cheques Especiais, Crédito Rotativo, Desconto de Títulos (NP/Duplicatas), Empréstimo para Capital de Giro, Crédito Direto ao Consumidor (CDC, Operações de Penhor etc).

Em contrapartida, os bancos, para poder emprestar, além dos seus recursos próprios, dependem de conseguir recursos de terceiros em moeda (captar numerários), a fim de operacionalizar os empréstimos. Essa busca por recursos de terceiros é denominada de operação passiva, com a qual o banco assume a figura de devedor perante seus clientes.

As diretrizes e a operacionalização de recursos, conforme Fortuna (2000), ficam sob a responsabilidade da mesa de captação, setor criado pelas instituições financeiras com o atributo de concentrar-se na formação de taxas de captação de CDB e RDB, as quais, na seqüência, será um dos elementos que comporá as taxas de juros praticadas nas operações ativas (empréstimos).

As principais operações passivas para os bancos são: o depósito à vista e o depósito a prazo. Os depósitos a prazo, conhecidos como Certificado de Depósito Bancário (CDB) e o Recibo de Depósito Bancário (RDB) “são os mais antigos e utilizados títulos de captação de recursos” dos bancos (FORTUNA 2000, p.149).

Enfim é através das concessões entre as operações (ativas e passivas) e os diversos serviços que os bancos disponibilizam e desenvolvem suas atividades com o objetivo de sobrevivência e sucesso.

## **2.2 A CONTABILIDADE BANCÁRIA**

As empresas legalmente constituídas, por força das leis em vigor, devem

apresentar seus demonstrativos segundo os normativos vigentes e, dependendo do tipo de atividade desenvolvida, ocorrem diferenciações na publicação dos relatórios. No caso dos estabelecimentos de crédito, sua escrituração e apresentação são normatizadas pelo Banco Central. A Contabilidade Bancária trata-se de uma estratificação da Contabilidade para atender a este tipo de especificação de empresa.

Assim sendo, tem-se a contabilidade bancária como um mecanismo que atua como um órgão normativo que padroniza as alterações dinâmicas próprias do sistema financeiro, porém Colli e Fontana (1996, p. 09) salientam que os fundamentos da contabilidade permanecem inalterados.

O estudo da contabilidade bancária, em outras partes do mundo, ocorre com mais amplitude, com destaque para a Itália. Segundo Colli e Fontana (1996, p. 57), o setor bancário “se estende ao campo da técnica e da Economia Bancária”. No Brasil, conforme esses autores, os estudos são restritos.

A definição de contabilidade bancária, para Colli e Fontana (1996, p. 58), é “um conjunto de conhecimentos que registra, controla, apura e analisa os fatos de gestão das empresas de crédito”. São funções básicas da contabilidade bancária: o estudo, o registro e o controle das operações de crédito e a determinação do resultado, a cada exercício, das operações e da situação do “patrimônio dos institutos de crédito”.

No Brasil, as leis que estruturaram a forma de constituição e funcionamento das instituições financeiras foram:

- Lei nº 4.595, de 31.12.1964, editada com objetivo de estruturar e regulamentar o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional,

disciplinando as operações que provocaram a Reforma Bancária;

- Lei nº 4.728, de 14.07.1965. Esta lei estabeleceu a política dessas instituições e definiu o funcionamento do Mercado de Capitais.

Cabe salientar que muitos desses procedimentos originais foram alterados no decorrer dos anos através de Resoluções e Circulares emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em função dos objetivos das políticas monetárias.

Porém, a obrigatoriedade das instituições financeiras de levantar seus balanços em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano é datada de 31.12.1964, com a publicação da Lei nº 4.595, especificamente os dizeres do artigo 31, observando as instruções contábeis que são estabelecidas pelo Conselho Monetário Federal.

Outro marco na Contabilidade Bancária veio com a aprovação da Lei nº4.834, de 19.11.1965, de acordo com Colli e Fontana (1996, p. 40), as instituições bancárias foram autorizadas a “substituírem em sua Contabilidade o livro Diário de Escrituração Mercantil pelo livro Balancetes Diários e Balanços”. O Banco Central é o órgão que faz cumprir as regulamentações (normas) expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. As normas que versam sobre a escrituração dos livros “Balancetes Diários e Balanços” ocorreram com a expedição da circular datada de 02.12.1966. Em linhas gerais, este livro deverá ter uma ordem cronológica (dia/ mês/ ano) contendo a movimentação diária de cada conta e, em cada conta, deverá ser registrado o saldo anterior, o crédito e o débito do dia e o seu saldo resultante (indicando: C, para credor e D, para devedor).

Essa mesma circular complementa a legislação que versa sobre a

publicação dos balanços, instruindo que as instituições financeiras deverão realizar essas publicações no Diário Oficial da União ou do Estado sede da instituição e em um jornal de grande circulação na praça da sede.

Outro registro de padronização data de 01.01.1968, através do qual os bancos brasileiros passaram a adotar um Plano Oficial de contas, utilizando um mesmo padrão para codificá-las. Essa padronização evoluiu até a publicação da Circular nº 1.273, de 29.12.1987, do Banco Central Brasil, que institui o COSIF (Plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional), com vigência a partir de 30.06.88, com a intenção de padronizar os planos contábeis das instituições bancárias. Com essa circular, foram cancelados outros normativos que tratavam sobre o mesmo assunto.

Com a adoção desse plano contábil, próprio para as empresas bancárias, o registro do patrimônio dá-se através da demonstração de grupos patrimoniais, conforme as normas do COSIF, assim discriminados:

- Ativo (representa os valores que pertencem ao banco): sendo subdividido em outras contas, obedece o critério de ter uma ordem decrescente de grau de liquidez. São os seguintes os agrupamentos do ativo: Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente (Investimento, Imobilizado e Diferido).
- Passivo (responsabilidade com terceiros) subdividido em: Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, Resultado de Exercícios Futuros, Patrimônio Líquido, Contas de Resultado Credoras e Contas de Resultado Devedoras;
- Circulante a Longo Prazo;

- Contas Retificadoras;
- Compensação e balanceamento de saldos.

Os procedimentos de padronização das demonstrações do setor bancário, como pôde ser observado, foram construídos e ajustados no decorrer do tempo para visualizar o patrimônio da empresa em um dado momento. Essa unificação do Plano Contábil permitiu agilidade por parte dos órgãos reguladores no “acompanhamento, análise e avaliação do desempenho e controle das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional” (*site* BACEN).

## **2.3 CONTABILIDADE DE CUSTOS**

Pode-se dizer que a gestão de custos é o centro de atenção e decisão, quer seja do ponto de vista empresarial ou pessoal, mesmo em se tratando de leigos em conceitos teóricos. A busca por resultados positivos pelas empresas no desenvolvimento de suas atividades está diretamente relacionada a sua sobrevivência no mercado. A Contabilidade possui como um de seus enfoques o estudo do comportamento dos custos nas empresas.

A Contabilidade e a gestão das empresas estão intimamente relacionadas. A Contabilidade estruturou-se para se adequar às mudanças ambientais, que evoluem para uma dicotomia das atividades contábeis: Contabilidade Geral e Administrativa (LEONE, 1998). A Contabilidade Geral é aquela cujo administrador informa ao mercado o desenvolvimento do Patrimônio da empresa, e a faz com a publicação de balanços e de relatórios obrigatórios ao fisco e a outros requisitos legais.

Já a Contabilidade Administrativa preocupa-se em adotar e desenvolver métodos que auxiliem na condução da política da empresa, ou seja, que atenda aos

interesses internos da organização, conforme argumenta Leone (1998). A Contabilidade Administrativa, também chamada de Contabilidade Gerencial, segundo os estudos de Borgert (1999), inicialmente preocupou-se com aspectos econômicos financeiros, aliados ao desenvolvimento de mecanismos, com critérios voltados para os custos de produção.

Nesse contexto, esse ramo da Contabilidade tem como função gerar informação gerencial e contábil que, segundo Atkinson et al. (2000, p.36), “são dados financeiros e operacionais sobre atividades, processos, unidades operacionais, produtos, serviços e serviços de uma empresa”. São funções da informação gerencial contábil: controle operacional (eficiência e qualidade das tarefas executadas), custeio do produto e do cliente (mensura os custos dos recursos da produção, venda de um produto ou serviço), controle administrativo (ênfase no desempenho dos gerentes e de unidades operacionais) e controle estratégico (desempenho financeiro e competitivo de longo prazo).

A evolução da Contabilidade levou a diversas abordagens, das quais destaca-se a Contabilidade de Custos. Esta utiliza técnicas próprias da contabilidade geral, acrescida de técnicas extracontábeis, com a organização de informações referentes ao tipo de atividade desenvolvida pela empresa, auxiliando no controle e na tomada de decisão, conforme argumentação de Leone (1998).

Nesse contexto, Martins (2000) afirma que a disseminação da Contabilidade de Custo potencializou seu aproveitamento nas empresas não-industriais, cujo uso era inexpressivo em função da ausência de estoque. Outro destaque do autor refere-se à utilização de metodologia, como ABC (Custeio Baseado em Atividades), em empresas como bancos, financeiras, escritórios (auditoria, consultoria, planejamento) o que auxiliou na propagação desses conceitos. Portanto, são as



teorias desse ramo da contabilidade que fundamentam esse estudo.

Na visão de Leone (1989, p. 09), o objetivo da Contabilidade de Custos, ao organizar os dados em informações relevantes, conforme já exposto, é o de atingir três objetivos principais: “a determinação do lucro, o controle das operações e a tomada de decisão”. Matz, Curry e Frank (1973) corroboram ao afirmarem que essa abordagem da Contabilidade pretende também “estabelecer objetivos departamentais que orientem as atividades para atingir a meta final”. Então as três áreas básicas de concentração da Contabilidade de Custo são: a Determinação, o Controle e a Análise de Custo.

Dessa forma, segundo Matz, Curry e Frank (1973), a finalidade da Contabilidade de Custo é gerar a informação de custo para que os administradores a utilizem na resolução de problemas e também na implementação de ações, tais como determinar o preço do produto ou serviço, analisar os gastos e expandir as instalações.

Nesse sentido, Matz, Curry e Frank (1973) utilizam a seguinte definição para custo na Contabilidade de Custos, que foi a definida pela Comissão de Conceitos e Padrões de Custos, da Associação Americana de Custos: “Custo é a antecipação, medida em termos monetários incorridos, ou potencialmente a incorrer, para atingir um objetivo específico”. O termo é tido como genérico para abranger a todos os tipos de custos empregados, porém será dito específico quando for utilizado para produção de produto ou serviço, adequando-o ao seu atributo.

Nesse contexto em que as terminologias não têm um padrão único em sua conceituação, os estudiosos contábeis, conhecedores do fato, buscam conceituar e generalizar os termos utilizados por eles em suas obras para propiciar uma melhoria no entendimento. Martins (2000), em sua obra, destaca que as palavras como

custos, despesas e gastos podem parecer sinônimas, mas cada uma delas possui um conceito específico ao serem utilizadas na Contabilidade de Custos.

Então, Leone (1998) em sua obra classifica os tipos de custos de acordo com as suas finalidades, quais sejam: determinação da rentabilidade e avaliação do patrimônio, controle de operações e tomada de decisões e planejamento. O enfoque do custo proposto para este estudo é de estudá-lo com a finalidade de auxiliar no planejamento e na tomada de decisão.

Com referência aos estudos contábeis sobre fundamentos para diferenciar os custos, Bornia (2001, p. 42) argumenta que essa classificação “é o fundamento do que se denomina custo para a tomada de decisão”. Colaborando com o posicionamento relativo ao tipo de custo para essa pesquisa, Silveira Neto e Bezerra (2003, p. 01) destacam em seu artigo que “os custos fixos e indiretos vão se tornando mais relevantes” na gestão das organizações financeiras. Então, nesse trabalho, o conceito de custo adequado à gestão e à atividade da empresa foco da pesquisa são os classificados como fixo e variável, que se relacionam “entre o valor total do custo num período e o volume da produção”. (MARTINS, 2000, p. 56).

Dessa forma, custos fixos são aqueles que “não variam com o volume da produção”, já os custos variáveis são os que “variam proporcionalmente com as unidades produzidas”. (LEONE, 1998, p. 35). Mas, Silveira Neto e Bezerra (2003), em seu artigo referente às organizações financeiras, argumentam que o impacto causado pelos “custos fixos e indiretos está se tornando cada vez mais relevante” nessas empresas. Essa classificação pode ser utilizada por qualquer tipo de empresa, o que vai diferir é o tipo de atividade produtiva da mesma.

### 2.3.1 Contabilidade de custos nas empresas de serviço

As empresas podem ser classificadas de várias formas, porém, se o foco é o resultado de sua atividade produtiva (produto/ bem), são classificadas de duas maneiras: “produtos tangíveis e serviços” (HANSEN; MOWEN, 2001, p. 65). Produtos tangíveis são tidos como o resultado da conversão de matérias-primas, mão-de-obra e outros recursos de fábrica. Serviços são atividades executadas para um cliente, utilizando produtos ou instalações da organização, isto é, dependendo do que será realizado, poderá conter ou não materiais de consumo, mão-de-obra e entradas de capital no seu processo produtivo, de acordo com Hansen e Mowen (2001).

Portanto, Hansen e Mowen (2001, p. 65) conceituam as empresas de serviço, em razão de sua característica principal, como sendo “as que produzem produtos intangíveis” (não possui propriedades físicas) e só ocorre no momento em que é consumido. Mas, VanDerbeck e Nagy (2003, p. 210) as caracterizam em função do ter pouco estoque ou nenhum, e que o “custo da mão-de-obra consome três quartos, ou mais, dos custos totais”.

No Quadro 1, encontram-se exemplos de empresas de serviços, relacionadas ao seu setor de atuação.

Com relação ao comportamento do custo nas empresas de serviços, cabe ressaltar que existem características próprias que as tornam diferentes das industriais, segundo os estudos de Silveira Neto e Bezerra (2003). São elas: os produtos são intangíveis (ex: deferimento de uma operação de crédito, saque em conta corrente – estão disponíveis para todos os clientes, porém só acontece quando o cliente utiliza); não há como estocar serviços, por isso são considerados

no período, o que os classifica como de custo fixo; os custos estão atrelados à capacidade de prestação de serviço, pois estão à disposição até a sua utilização (estrutura das agências); por terem maior contato com consumidores, há a necessidade de capacitar a mão-de-obra, o que pode se tornar um custo indireto relevante, além da variedade que um produto pode assumir.

<b>Setores de Serviços</b>	<b>Empresas de Serviços</b>
Instituições financeiras	Bancos comerciais, bancos de investimento, empresas hipotecárias, empresas de seguro, corretoras e distribuidoras de valores
Transportes	Ferrovárias, aéreas, rodoviárias, entregas de encomendas, entregas noturnas, serviço postal
Telecomunicações	Serviço de telefonia local, comunicação de dados e de voz a longa distância
Comércio de mercadorias	Supermercados, lojas de departamento, lojas de descontos, lojas atacadista
Serviços Profissionais	Consultoria, escritórios de contabilidade, empresas de engenharia e de software
Saúde	Medicina em grupo, hospitais, clínicas médicas
Varejo	Mercearias, lojas de departamentos, postos de gasolina, loja de produtos importados.

Fonte: Atkinson et al. (2000)

#### **Quadro 1: Exemplo de empresa de serviço**

Portanto, para complementar os estudos de Silveira Neto e Bezerra (2003), referente às características dos serviços, Hansen e Mowen (2001) descrevem quatro características para identificar os produtos intangíveis, que são: intangibilidade (não possuem relação física); perecibilidade (não podem ser estocados), inseparabilidade (produtores e compradores normalmente estão em contato quando ocorre a troca) e a heterogeneidade (diversidade centrada no desempenho do serviço, em vez da produção produto).

Para entendimento de uma das características dos custos na empresas de serviço, Silveira Neto e Bezerra (2003) exemplificam a sua variedade, através dos serviços de cobrança realizados pelos bancos. Os autores argumentam que

aparentemente esse serviço possui um formato definido e de fácil identificação. Mas, na prática, há uma diversidade de gêneros de cobrança cujo cliente faz a escolha em função da sua necessidade. Outra diversidade se refere à emissão dos boletos de cobrança, em que o cliente pode imprimir-los ou solicitar a emissão ao banco, e a remessa desses ao sacado. A liquidação dos boletos pode ocorrer pela rede de compensação bancária, pelo auto-atendimento ou pela internet. Enfim, o banco tem que dispor de todos esses procedimentos para atender uma necessidade específica do cliente. Este exemplo demonstra a complexidade do entendimento do comportamento dos custos na utilização de recursos e na sua mensuração.

Nesse sentido, Fernandes (apud BEZERRA, 2004) especifica cinco características básicas dos custos bancários, que são: **variação no volume de transações** (estrutura com capacidade para atuar com normalidade de movimento e com excesso, devido a algum feriado), **altos custos fixos** (estrutura que disponibilize serviços), **caráter previsível** (os custos possuem sazonalidade), **custos identificáveis** (relaciona a atividade que gerou), **custo de produção conjunta** (ligada à variedade de produtos que a estrutura disponibiliza).

Outra forma de caracterização das empresas de serviços refere-se ao seu processo produtivo, também utilizado para as empresas em geral, cujo procedimento pode se dar de forma contínua/ processo ou por encomenda/ ordem. Deste modo, a caracterização do processo produtivo por encomenda se dá quando o volume ou a complexidade do serviço varia de cliente para cliente. Porém, quando os serviços prestados são similares ou até mesmo iguais, identifica a produção por processo.

Com referência à conceituação utilizada pelas empresas de serviços na Contabilidade de Custos, Martins (2000) argumenta que no comportamento dos custos em organizações de serviço que trabalham por projeto há uma similaridade

com as industriais; já em entidades comerciais e financeiras o foco se altera, pois no primeiro momento o custo apresenta-se mais na forma de despesa. O fato é que o custo para realizar um produto/ serviço se transforma imediatamente em despesa, mas torna-se possível usar a mesma terminologia como as demais empresas. Então, para Martins (2000, p.28), custo é “o gasto relativo ao consumo na produção”.

Devido às características dos custos das empresas de serviços, pode-se conjecturar que o entendimento do comportamento desses torna-se complexo devido à forma como são utilizados os recursos, a qual dificulta a sua mensuração.

A mensuração dos custos nas empresas em geral é realizada através dos sistemas de custos, os quais deverão estar relacionados à finalidade pretendida pela empresa. Para Bornia (2002), deve ser visto sob dois ângulos: o do princípio de que as informações geradas sejam adequadas e relevantes e o de que o método se refere ao modo como serão operacionalizadas as informações. Então, em função de qual o direcionamento pretendido com as informações é que deverá ser definido o método de alocação de custo a ser empregado.

Nesse sentido, de acordo com o modo, são obtidas as informações para mensurar e avaliar os custos através dos sistemas de custo (ou simplesmente custeio) utilizados na Contabilidade. Horngren et all (2004, p. 109) afirmam que são usadas duas metodologias, assim descritas: 1. Acumulação de Custos: a coleta e a identificação dos custos ocorre pela classificação natural das contas contábeis tradicionais, que na prática se tornam a base para qualquer sistema de custeio; 2. Alocação de custos: “rastrear e reatribuir custo para um ou mais objetos”. Este processo ocorre segundo diretrizes definidas previamente.

Ducker (2001), ao discorrer sobre as empresas de serviços, destaca que geralmente essas empresas estão utilizando o custeio baseado em atividades,

registram além dos custos de fazer algo, medem também o de não fazer, dando mais controle aos resultados. Essa abordagem, segundo o autor, é mais adequada às empresas de serviços devido à inadequação da contabilidade de custos convencional para a mensuração dos custos desse tipo de empresa.

Entretanto, para comprovar a tendência do uso de metodologias de custos por empresas de serviço, cita-se o artigo de Silveira Neto e Bezerra (2003). Este estudo refere-se ao desenvolvimento ou à utilização de sistema de custos por instituições bancárias, como Bradesco, Unibanco, HSBC e ABN Amro, utilizando a metodologia baseada em atividades (Activity- Based Costing – ABC). Os autores argumentam que esse tipo de metodologia fornece informações detalhadas dos recursos consumidos e que possibilita variadas combinações dos objetos do custeio, base da análise e gestão de custos.

Silveira Neto e Bezerra (2003) relatam a maneira como ocorreu a construção de um modelo ABC para bancos. Os autores destacam, como procedimento inicial dos administradores dos bancos, a indagação sobre o enquadramento do método às necessidades dos bancos. Entretanto, o período de convencimento pode ser longo, mas afirmam que se enquadra às necessidades dos bancos por extrapolarem informações sobre o custo unitário.

No que se refere à metodologia desenvolvida por Silveira Neto e Bezerra (2003) para os bancos, ela pode ser utilizada entre outras necessidades para base de tarifação dos serviços bancários, informações que auxiliem nas análises e rentabilidade de clientes e produtos e servir de base para a melhoria dos processos de racionalização de custos e operacionalização do trabalho.

Verifica-se que a base dos estudos referentes à mensuração de custos foi realizada em empresas industriais e há uma lacuna para trabalhos com foco nos

custos das empresas de serviços, argumenta Borgert et all (2005). Nessa mesma pesquisa, Borgert et all (2005) argumenta que há uma tendência para mensurar os custos das empresas de serviços através da utilização de custeio como absorção, baseado em atividade (ABC) e direto, que se soma às argumentações dos demais estudiosos citados no estudo.

Dessa forma, as mudanças que vêm ocorrendo no ambiente das empresas atingem a todos os tipos de empresas indiscriminadamente. Se as empresas industriais, que foram o foco dos primeiros estudos administrativos, têm sentido essas mudanças, as empresas de serviços, que segundo Atkinson et all. (2000) têm crescido sua importância na economia moderna, não ficaram indiferentes ao fenômeno, corroborando com Drucker (2001) quando cita que as empresas que cresceram no século XX foram as que tiveram atividades ligadas ao lazer, educação e saúde. A busca de uma metodologia de custeio que melhor se adapte às empresas de serviços é um desafio que está sendo preconizado pelos atuais estudiosos.



### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O conhecimento vem sendo disseminado no decorrer da evolução humana, em diversas áreas de enfoque, nas quais o questionamento de fenômenos e fatos conduz ao entendimento de alguma realidade. Há uma variabilidade de aspectos entre o conhecimento popular (bom-senso) e o científico (ciência), mas verifica-se que ambos buscam ser racionais e objetivos na sua construção.

A ciência utiliza-se da racionalidade e da objetividade em seus enunciados, que são fundamentadas e investigadas por teorias, de acordo com um contexto metodológico, as quais são o núcleo da ciência. Lakatos e Marconi (1992, p.39), afirmam que “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Castro (1978, p.37) corrobora ao argumentar sobre os objetivos dos procedimentos metodológicos, que são de “proteger a ciência do erro e da precipitação”.

Lakatos e Marconi (1991, p. 80) destacam do estudo de Trujilo o conceito de ciência, que é “todo um conjunto de atitudes e atividades racionais dirigidas ao sistemático conhecimento, com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação”.

As ciências físicas detêm prestígio diferenciado das ciências sociais, causando discussão entre estudiosos sobre ser ou não ciência, devido à veracidade dos fatos que produz. Porém, apesar dessa divergência, Gil (1999) argumenta que

mesmo com a ocorrência de as barreiras diferenciadas que as ciências sociais enfrentam para fornecer explicação dos fenômenos, também utiliza os mesmos padrões das ciências naturais para obter tal explicação.

Por fim, a finalidade deste capítulo é de apresentar os procedimentos metodológicos que serão utilizados no desenvolvimento da pesquisa, no qual destacam-se as perguntas, o método, a natureza e caracterização e o delineamento da pesquisa, a definição dos termos, operacionalização dos conceitos e variáveis, coleta de dados e análise e interpretação dos resultados.

### **3.1 PERGUNTAS DA PESQUISA**

Tendo em vista o problema de pesquisa alinhado e os objetivos pretendidos, definiram-se as seguintes perguntas:

- Qual o comportamento da taxa do *spread* ao longo dos últimos 11 (onze) anos?
- Como aconteceu a evolução e a denominação das tarifas bancárias na instituição pesquisada, no período compreendido entre 1994 e 2004?
- Como foi estruturado ao longo do período citado o custo da instituição bancária foco deste trabalho?
- Qual o comportamento das receitas e despesas após a implementação do Plano Real nas demonstrações contábeis do BESC?
- Existe alguma relação entre as receitas provenientes das tarifas com o gasto operacional da instituição?

### 3.2 MÉTODO DE PESQUISA

Este tópico tem o propósito de enquadrar o estudo no método que seja apropriado para solucionar o problema de pesquisa, conforme as características do objeto. As técnicas e os métodos utilizados neste trabalho serão os indicados para a pesquisa social, segundo a metodologia utilizada para esse fim. Castro (1978, p. 33) enfatiza em seus estudos que o objetivo da metodologia “é de ajudar-nos a compreender, nos mais amplos termos, não os produtos da pesquisa, mas o próprio processo”.

Observa-se que a ciência utiliza os métodos científicos com a finalidade de obter verdades, com a comprovação de hipóteses, através da relação entre a observação da realidade e a teoria científica, fornecendo uma explicação da realidade. Então, segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 40), “método é conjunto das atividades sistemáticas e racionais, que permitem alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – lançando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

O método a ser utilizado pelo pesquisador depende da natureza do objeto de estudo, dos recursos materiais e das teorias que necessita fundamentar para solucionar o problema.

Sendo assim, a construção de conhecimento científico encontra-se relacionada à escolha adequada do “método como caminho para se chegar a determinado fim” (GIL, 1999, p. 26). Observa-se também a existência de uma variedade de métodos, de acordo com Gil (1999). Por esse motivo, classificam-se os métodos em dois grandes grupos, que são: os que fornecem as bases lógicas para a investigação e os que indicam os procedimentos técnicos. Neste trabalho será usada

a denominação que Lakatos e Marconi (1992) utilizam para os já citados anteriormente que são: os métodos de abordagem (bases lógicas) e os métodos de procedimentos (meios técnicos).

O método de abordagem que está alinhado à proposição deste estudo é hipotético-dedutivo, devido à forma como foi idealizado, pois, para chegar ao conhecimento proposto, será utilizada a maneira como Lakatos e Marconi (1992, p. 64) o caracterizam. As pesquisadoras defendem que no primeiro momento ocorre o aparecimento do “problema e da conjectura, que serão testados pela observação e experimentação”, a qual, segundo as autoras, possui uma inversão dos procedimentos, se comparados ao método de indução, em que se parte da observação dos fatos para depois confirmar uma hipótese.

Nesse contexto, a proposta de investigação deste estudo foi estruturada da maneira como foi concebida por Popper (apud Lakatos e Marconi 1992), a qual tem como ponto de partida algum problema teórico/ prático observado. Neste caso, o problema prático observado foi a baixa do “*spread*” com a implementação do Plano Real, cujas organizações tiveram que buscar alternativas para solucionar as conseqüências desse evento, já que o relacionamento entre custos e receitas começa a se desequilibrar (BEZARRA, 2004).

Como segunda etapa, tem-se a conjectura, que é “uma solução proposta em forma de proposição passível de teste, direto ou indireto, nas suas conseqüências, sempre dedutivamente” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 69). A conjectura também tem a função de explicar ou prever o que despertou interesse, identificado neste estudo como uma possível explicação para a cobrança das tarifas bancárias, com a baixa do “*spread*”.

Então, tem-se o terceiro item do método que se refere à tentativa de

falseamento, a qual além a busca de dados que levem ao falseamento da conjectura. Quando a conjectura resistir aos testes, a hipótese então estará “corroborada”. Porém, não pode haver nenhum caso negativo concreto, pois isso caracteriza como hipótese falseada.

Neste estudo, a conjectura formulada e testada, segundo os procedimentos argumentados pelo método hipotético-dedutivo, é que se a baixa do “*spread*” afetou as receitas bancárias, então uma das alternativas observadas foi a evolução da cobrança das tarifas bancárias.

Dessa forma, tendo sido definido qual o método de abordagem utilizado, a próxima etapa refere-se a adequação do método de procedimento, que em ciência social é dito como específico. O método de procedimento tem como objetivo orientar o pesquisador para a realização adequada da pesquisa social, principalmente no que se refere “à obtenção, processamento e validação dos dados pertinentes à problemática que está sendo investigada”, conforme argumenta Gil (1999, p. 33).

Existem diversos métodos de abordagem, e a sua aplicação pode se dar de forma combinada com um ou mais métodos em uma mesma investigação. Algumas vezes pode ocorrer que os procedimentos de um determinado método devem ser completados com um outro para que a investigação obtenha o êxito pretendido.

### **3.3 NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

A pesquisa pode ser definida como “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”, conforme Gil (1999, p. 42), tendo como objetivo específico buscar respostas para problemas com a utilização de procedimentos científicos. Então, pesquisa social é aquela que no desenvolvimento

do seu processo utiliza a metodologia científica que possibilita conhecimentos da realidade social.

Dessa forma, na visão de Babbie (1998), dependendo do objetivo proposto em uma pesquisa, deve-se adequar a proposta seguindo uma das três classificações de pesquisa: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos explicativos. O tipo de estudo proposto para este trabalho é o descritivo, que tem como objetivo “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1999, p. 44).

Ademais, para que ocorra a verificação empírica, torna-se necessário, segundo Gil (1999, p. 64), “confrontar a visão teórica do problema com os dados da realidade”. A presente pesquisa é de natureza teórico-empírica. Desse modo, primeiramente se efetua uma revisão teórica a respeito do assunto. Porém, para que ocorra a investigação, deverão ser levantados os dados e checados com a literatura existente sobre o tema.

A presente investigação, devido ao tipo de dados que serão utilizados, caracteriza-se como uma pesquisa predominantemente quantitativa de estudo de caso. A opção da classificação escolhida encontra-se argumentada pelos dois propósitos do estudo de caso, segundo estudos de Gil (1999), que são: descrever a situação de um contexto e explicar a relação entre variáveis de um determinado fenômeno. Outro enfoque da pesquisa quantitativa relaciona-se à característica “do emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas” (RICHARDSON, 1989, p. 29).

### 3.4 DELINEAMENTO E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O delineamento é o planejamento da pesquisa, estando estruturado em várias etapas que envolvem desde a diagramação, a previsão de análise, o ambiente da coleta de dados, o controle das variáveis, até a interpretação dos dados. Nessa fase, o enfoque torna-se mais prático, direcionado à determinação das técnicas necessárias para o andamento da pesquisa.

A identificação do delineamento da pesquisa é oportunizada pelo procedimento de coleta de dados. Sendo assim, estão classificados em dois agrupamentos conforme a fonte de onde eles são retirados, quando as suas origens são papéis (bibliográfica e documental) e quando os esses dados são fornecidos por pessoas (experimental, ex-post-facto, levantamento, estudo de campo e o estudo de caso). Segundo Gil (1999), essa classificação não deve ser tomada como rígida, pois devido às características da pesquisa, às vezes, não se enquadram na denominação citada.

Para o desenvolvimento da proposta desse estudo, a primeira fase possui o objetivo de pesquisar os elementos que influenciam na formação do “*spread bancário*” e a sua evolução no período de janeiro de 1994 a dezembro de 2004.

Na seqüência, para auxiliar na resposta do problema da pesquisa, efetua-se um levantamento da evolução histórica das tarifas bancárias em uma instituição de bancária, em conformidade com o período citado. Além da evolução histórica das tarifas, focaliza a denominação utilizada na identificação, o fato gerador da cobrança, o seu valor (preço) individualmente e as contas contábeis referentes às rendas de tarifas.

Porém, a delimitação do estudo concentrar-se-á nos serviços vinculados à

conta corrente, aqueles que, historicamente, pode-se dizer serem os mais utilizados pelos clientes bancários.

O foco do levantamento de dados está limitado à unidade de análise que, neste estudo, é uma instituição bancária. O período-alvo compreende os anos de 1994 a 2004, estando relacionado à década da implantação do Plano Real.

### 3.5 DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS TERMOS E VARIÁVEIS

A definição dos termos tem como objetivo informar ao leitor os conceitos que auxiliarão no entendimento do tema e do problema de pesquisa.

- BC ou Bacen: Banco Central do Brasil é órgão executivo do sistema financeiro;
- Conselho Monetário Nacional (CMN): órgão normativo do sistema financeiro nacional;
- Custo: num sentido genérico, “é o conjunto de várias despesas para se conseguir um produto ou um serviço qualquer”. (COLLI; FONTANA, 1996, p 73)
- *Float*: é o dinheiro em circulação dos bancos;
- SELIC: Sistema especial de liquidação e custódia de títulos públicos;
- *Spread*: Segundo Modé (2003), “é a diferença entre o que os bancos pagam para captar e o que cobram na hora de emprestar”;
- *Spread* : Assaf Neto e Carvalho (2005) redefiniram o conceito considerando-o em três categorias: **bruto** – deduzindo somente as



despesas de captação; **direto** – após a exclusão de outras despesas identificáveis aos produtos; e o **líquido** – obtido depois da dedução das despesas indiretas apropriadas e dos impostos sobre os lucros.

- Taxa SELIC: índice formado pela média diária que reajusta os preços e títulos públicos.

A idealização deste estudo encontra-se alicerçada em uma conjectura que visa a observar o comportamento das variáveis-focos da pesquisa. Segundo Richardson (1989), as variáveis de um estudo científico, tanto do tipo descrito ou explicativo, devem ser isoladas para serem conceituadas e operacionalizadas. As variáveis deste estudo são: o “*spread*” bancário brasileiro, a evolução das tarifas bancárias e o custo operacional de uma instituição. Cabe salientar que as variáveis desse estudo assumem valores numéricos, que são as características de variáveis quantitativas.

O modo da conceitualização das variáveis desta pesquisa é a estrutural, que se caracteriza por estudar um fenômeno, cujo pesquisador deve extrair características que o compõem.

Nesse sentido, uma das variáveis é o “*spread*” que, segundo o dicionário Aurélio (1999, p. 1889), é definido como “diferença entre o custo de captação de dinheiro por um banco e a taxa de juros por ele cobrada dos tomadores de empréstimos”. Este é um dos possíveis conceitos formais para a palavra “*spread*”, porém operacionalmente neste estudo ela é definida como o ganho (juros) que uma instituição bancária obtém em suas operações de crédito e o seu comportamento frente ao seu custo operacional. O período de observação desta variável refere-se entre 1994 e 2004.

Na seqüência, a outra variável é a tarifa bancária. Tarifa, segundo o dicionário Aurélio (1999, p.1928), “é lista de preços”. Portanto, compreende a divulgação do valor cobrado por item de serviços disponibilizados aos clientes de uma instituição bancária, identificando os tipos, a denominação, a evolução e o comportamento, como também a contribuição dessas receitas para o custo operacional da instituição, relativo ao período citado.

O custo abordado no estudo refere-se ao operacional. Neste caso também identificado como custo fixo, pois as instituições bancárias, para a operacionalização de suas atividades, possuem essa característica de concentração custo que, independentemente de quando o cliente utiliza o serviço, a estrutura deve estar disponibilizada para o seu uso.

Desse modo, o custo operacional está sendo analisado observando o comprometimento que as receitas auferidas com as operações de crédito e as de tarifas, no período de 1994 a 2004.

### **3.6 COLETA DE DADOS**

A palavra dados, segundo Kerlinger (1980, p. 28), significa “alguma dada ou aceita como dada, da qual se podem fazer inferências”, e para os cientistas refere-se “a resultados obtidos em pesquisas”. Cabe salientar que os dados não produzem apenas resultados numéricos ou estatísticos. Eles também podem ser obtidos através de material verbal, editorial de jornais e demais elementos que tenham a ver com uma pesquisa, da qual possam ser tiradas conclusões e inferências.

Neste estudo, os dados são basicamente documentais e de fonte secundária, extraídos de “sites da internet” e dos arquivos da instituição bancária,

relacionados com objeto de estudo. Também, caso se torne necessário, serão utilizados dados primários, como entrevistas com os empregados da instituição. Como primeira etapa da coleta de dados, será realizado o levantamento, dividido em duas partes. A primeira é de uso comum pelas instituições bancárias, que é a taxa SELIC, um dos elementos que compõem o cálculo do “*spread*”. A segunda parte compreende a coleta dos dados pertencentes à instituição bancária foco da pesquisa, que são as tabelas de tarifas e as demonstrações contábeis, das quais serão extraídas as informações referentes às receitas e às despesas relacionadas ao custo fixo (gasto operacional). Todos os dados são relativos ao período proposto pelo estudo.

Depois de coletados, os dados serão tabulados para a construção de tabelas que auxiliem na montagem dos testes estatísticos e na interpretação dos resultados.

### **3.7 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS**

Esta etapa da pesquisa de análise e interpretação dos dados é vista como um processo estreitamente relacionado devido à dificuldade da definição quando termina a análise e quando inicia a interpretação dos dados, segundo argumentação de Gil (1999). Conforme destaca o autor, o pesquisador deve cuidar para que a “interpretação não comprometa a pesquisa”.

O estudo descritivo proposto para esta pesquisa pretende explicar o fenômeno através do comportamento das variáveis identificadas, no sentido de verificar se elas realmente influenciaram ou causaram o aparecimento da cobrança de tarifas decorrentes da baixa do “*spread*” bancário. Para que seja possível a análise dos dados e sua interpretação, são utilizados procedimentos estatísticos.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Este capítulo refere-se à parte prática da pesquisa. A partir desse momento, são apresentados os dados coletados, relatando-se, passo a passo, a trajetória da construção dos estudos e os procedimentos de coleta, com o objetivo de reunir as informações necessárias que possibilitem responder as perguntas da pesquisa, assim como apresentar a empresa onde é realizado o estudo, relatando e pesquisando dados pertinentes ao desenvolvimento do presente estudo.

### **4.1 DESCRIÇÃO DA EMPRESA**

Dando continuidade à pesquisa, será apresentada a instituição bancária, da qual serão extraídas as informações para fundamentar e responder os questionamentos propostos neste estudo. A empresa em questão é o Banco do Estado de Santa Catarina S/A – BESC, que está em atividade desde 21.07.62, com foco de atuação no território catarinense.

Antes de iniciar os relatos dos fatos relevantes da história do BESC, referentes às suas diversas fases de atividade, cabe classificá-lo e posicioná-lo no contexto do sistema financeiro nacional. Para tanto, será utilizado para esse procedimento o conceito desenvolvido anteriormente sobre o ambiente bancário.

Na estrutura do sistema financeiro brasileiro, o BESC faz parte do sistema monetário, que é composto pelos bancos, também chamados de intermediários financeiros, e encontra-se estruturado na forma de banco múltiplo.

Entretanto, para o presente estudo, as informações que compõem as análises são extraídas das atividades pertinentes ao banco comercial, cujos dados se encontram especificados nas demonstrações contábeis do conglomerado BESC. Atualmente, o sistema financeiro BESC, estruturado como banco múltiplo, é formado pelas seguintes empresas:

- Banco do Estado de Santa Catarina S/A – BESC;
- BESC S/A – Crédito Imobiliário;
- BESC Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimento;
- BESC S/A – Arrendamento Mercantil;
- BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.

Nesse ambiente de ser um banco, com foco de atuação no território catarinense, foi gerada a sua constituição, pautada no princípio de que as riquezas dos catarinenses permanecessem no Estado. Outro fator, refere-se à sua gestão, na qual permeia o envolvimento político, pois até a sua federalização, ocorrida em agosto de 1999, era uma empresa do Estado de Santa Catarina.

Portanto, a idéia de o Estado de Santa Catarina ter um Banco Oficial data entre os anos de 1937 e 1938, na gestão do governador Nereu Ramos, ao propor ao Conselho Administrativo do Estado a criação da entidade. Porém, apesar da vontade das forças governamentais, o projeto não teve êxito. Outro ponto que impulsionou o Estado na criação de um Banco Oficial deveu-se ao fato de haver poucas

Instituições de Crédito naquela época.

Ao longo da história do BESC, os acontecimentos políticos catarinenses estiveram presentes em sua trajetória. Um dos primeiros eventos que se relaciona à criação do BESC é a Lei nº 1365, de 04/09/55, do governo de Irineu Bornhausen. Esta Lei foi considerada um marco na noção de planejamento na administração do Estado, pois determinou investimentos em diversas áreas, num prazo de dez anos, e permitiu a criação de empresas de sociedades por ações para atuar no campo da energia.

Conforme relatos de Alves Filho (1997), antes das eleições de 1958 para o senado, um acidente vitimou Jorge Lacerda, Leoberto Leal e Nereu Ramos, expressões do Partido Social Democrático. Em função dessa fatalidade, foi indicado Celso Ramos, irmão de Nereu Ramos, para concorrer ao pleito, mas foi derrotado por pequena margem de votos. A partir dessas circunstâncias, verificou-se o potencial político que estava surgindo. Então, Celso Ramos, em 1959, ao ser lançado como candidato ao governo do Estado, definiu como uma plataforma de governo a criação de um banco de investimento, o que fez ressurgir novamente a idéia da criação do banco oficial.

Vários foram os obstáculos superados para a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A, desde a sua aprovação pelo Governo Federal até a aprovação pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, através da Lei n.º 2719, de 27/05/61, na seqüência sancionada pelo governador.

Na seqüência, destaca-se o 2º artigo da Lei nº 2719, conforme Alves Filho (1997), o qual se refere ao objetivo do banco: “O Banco tem por finalidade principal fomentar o desenvolvimento econômico do Estado, realizando operações que favoreçam a criação de riquezas, sua distribuição e circulação, abrangidas

operações bancárias em geral, inclusive, futuramente, aquelas cujo exercício deverá obter prévia autorização do Governo Federal”.

Assim, após a aprovação da constituição da empresa pelos organismos competentes, iniciou-se a eliminação das barreiras relativas ao seu planejamento e à organização, concretizada com a emissão da Carta Patente n.º 6972, datada de 14/06/62, expedida pela Superintendência de Moeda e Crédito – SUMOC, que oportunizou ao banco iniciar suas atividades em 21/07/62, com a denominação de Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.

Dessa forma, em seu discurso de inauguração, o governador Celso Ramos destacou os motivos relativos à idéia da criação do Banco e realizou um histórico sobre a estrutura de formação da renda do povo catarinense. Para o governador, a empresa seria uma das respostas para o desenvolvimento catarinense, uma vez que tinha como ideal prover cada município catarinense de uma agência do banco. Este objetivo foi plenamente concretizado em 1983.

Nesse contexto, os primeiros anos de atividade do banco foram caracterizados pela expansão de suas atividades, marcadas por decisões deliberadas através de reuniões da diretoria da instituição, das quais destacam-se:

- em 03.03.65, aprovação da constituição de uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (concretizada em 22.09.69 com a compra do controle acionário da Companhia Catarinense de Crédito, Financiamento e Investimento);
- em 17.08.65, aprovação da criação da Caixa de Assistência dos Funcionários (embrionária da atual FUSESC);
- em 28.11.65, acontece o primeiro aporte de capital da instituição;

- em 20.03.67, acontece a aprovação do primeiro Regulamento dos funcionários do banco;
- em 28.10.68, iniciaram-se estudos para dotar o banco de carteira de câmbio, conforme parte do levantamento efetuado por Alves Filho (1997).

A mudança do nome foi decorrente de legislação emanada pelo Banco Central do Brasil para que se enquadrasse aos moldes de atuação como banco comercial. Para cumprir esse procedimento, foram necessárias reformas no estatuto, como também procedimento da alteração da razão social para BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A – BESC, que ocorreu em 29/04/69.

Assim, com esse enfoque, o BESC iniciava uma nova etapa como banco comercial, concorrendo com as demais instituições financeiras no Estado e País. Essa expansão pôde ser comprovada com a abertura, na década de 70, de 112 (cento e doze) agências e das diversas empresas que futuramente constituíram o Sistema Financeiro BESC.

De 1969 a 1985, o banco cresceu, expandiu-se, ganhou posição de destaque no cenário catarinense, no qual ampliou sua performance. Com isto, também trouxe o risco, uma parte decorrente do próprio mercado (inflação e desaceleração do crescimento) e outra em virtude de ser um banco essencialmente de cunho político, cujo agravamento se deveu à ingerência política no período de 1984/85.

Portanto, essas dificuldades culminaram em 25.02.87 com o regime de intervenção imposta pelo BACEN, denominado de Regime de Administração Temporária Especial – RAET, estendendo-se até 27.02.89. Os motivos da intervenção são de fundo estrutural e conjuntural, conforme estudos de Alves Filho



(1997), concentração das operações de crédito para o Estado, baixa da inflação comprometendo as receitas, custo operacional incompatível com o volume operacional, decisões baseadas em cunho político, sobrepondo os aspectos técnicos, além de outras. As demais empresas do Sistema Financeiro também sofreram a intervenção. Como consequência, ocorreu a reformulação do organograma das seis empresas do sistema, do qual foram eliminadas as áreas administrativas comuns. No entanto, as áreas operacionais foram mantidas conforme a natureza jurídica das empresas, porém na forma de departamentos. Essa roupagem é marco inicial do BESC como banco múltiplo, que de fato ocorreria esta reestruturação do Sistema Financeiro BESC, amparado com as publicações das Leis Estaduais n.ºs 8.245/91, 9.931/95 e 10.299/96.

Observam-se, nesta fase, ações para corrigir as distorções com o custo da instituição. Dentre as ações destacam-se: incentivo à demissão, responsável pela redução de aproximadamente dois mil funcionários, e o novo organograma, que possibilitou a redução de quinze diretores do sistema.

No período pós-intervenção, coube ao governo assumir e sanear as finanças do banco. Nas gestões seguintes, a empresa consolidou sua presença no Estado, modernizou sua estrutura interna, capacitou executivos para negócios, focou nos custos, promoveu a regularização do passivo trabalhista e provisionou recursos para tempos futuros. Além de ampliar o escopo de atuação via planejamento estratégico da instituição, isso possibilitou que ele fosse considerado um dos melhores bancos estaduais.

Pode-se dizer também que no período compreendido entre 1989 a 1994 a empresa se consolidou.

Na seqüência dos fatos, ocorreu a implementação do Plano Real, que fez

com que os organismos tivessem que se ajustar às novas regras. Para o BESC, como para os demais bancos, a situação pendia a ser favorável em razão da demanda de crédito que crescia rapidamente. Contudo, o risco da inadimplência também aumentava. O corte de despesas e a concessão de crédito com critérios rígidos eram imperiosos, pois a inadimplência continuava registrando índices elevados. Os controles e as cobranças dos créditos não foram condizentes e eficazes frente à situação dos efeitos vencidos, o que acarretou prejuízos para a instituição.

Entretanto, corroborando com esses fatos, ocorreu a mudança de governo em 1999, fazendo com que surgissem dúvidas acerca da situação geral do BESC. Então, em função dos questionamentos, o Banco Central divulgou um relatório sobre a saúde financeira do banco, demonstrando uma situação com tendência desfavorável. Como consequência, foi deflagrada uma crise que culminou com a sua federalização em agosto de 1999, passando o controle acionário para a União.

Cabe salientar que alguns procedimentos para reestruturá-lo não foram implementados durante a gestão de 1995/1998, para atender ao PROES (Programa de Estímulo à redução do Setor Público no Sistema Financeiro), o que agravou a situação da instituição.

Nesse sentido, Cunegundes e Aliski (2002) argumentam que o cenário dos bancos estaduais alterou-se a partir de 1988, quando o BACEN permitiu que outras instituições financeiras de menor porte operassem como bancos comerciais. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso foi regulamentado o ingresso de bancos estrangeiros no País. Assim, em 1996 foi implementado o PROES com o objetivo de reduzir a participação pública no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Todavia, o processo de federalização do BESC já perdura por vários anos e

foi a solução para não liquidar a instituição, que se encontra neste processo sob a alegação de seu patrimônio líquido estava negativo. Esta fase caracteriza-se por diversas ações para modelar a empresa para ser privatizada. Para tanto, os gestores do processo tiveram que suplantar alguns obstáculos, dos quais destacam-se a implantação do Programa de Demissão Incentivada, o déficit atuarial da Fundação Codesc de Seguridade Social (FUSESC) e a capitalização da instituição.

Portanto, para mostrar o porte da empresa durante o processo, cabe reportar-se aos dados do balanço datado de 30.11.2002, no qual o BESC possuía 256 agências, sendo deste total, 251 instaladas no Estado. A empresa possuía um total de 4.859 empregados, dos quais 4.406 aderiram ao Plano de Demissão Incentivada (PDI) e, destes, 1.728 já se desligaram da instituição até a data citada. A atuação do BESC no Estado corresponde a 31,5% da rede bancária catarinense, conforme dados publicados no Diário Catarinense em 01.11.2002, segundo a matéria produzida por Kraselis e Balbinotti.

Nesta fase, a sua gestão caracteriza-se pela alternância de poder, que pode ser comprovada pela análise do período de 04.01.1999 até 31.12.2004, no qual a empresa teve 06 (seis) presidentes para conduzir o referido processo.

No decorrer de sua trajetória, as despesas de pessoal constituíram-se no foco das ações de reestruturação, cuja meta é a sua redução. Além, disso, tais despesas são vistas como o principal custo da instituição, que pode ser comprovado pela implementação de diversos planos de demissão, tendo como objetivo reduzir o número de funcionários. Por conseguinte, no balanço de dezembro de 2004, o conglomerado BESC contava um total de 3.021 funcionários e 595 estagiários e, para desenvolver suas atividades, possuía 470 pontos de atendimento, formados por 256 agências e 214 postos de atendimento.

Atualmente, o BESC está tentando reverter o processo da privatização. Porém o tempo, o sucesso de suas atividades, aliadas às tendências das forças políticas, serão as variáveis que determinarão o êxito da reversão.

## 4.2 ÍNDICES ECONÔMICOS

As análises econômicas concentram-se em medições dos eventos, proporcionando uma quantidade significativa de taxas e índices econômicos, cada qual tentando representar um aspecto da economia. A utilização dessas taxas e índices auxilia no entendimento de um evento na economia ou até mesmo a sua própria situação.

O setor bancário utiliza em seus procedimentos diários, para composição de suas taxas de juros e na tomada decisão, taxas e índices específicos para prática bancária. Seguindo esse pensamento, a composição do *spread* bancário é formada por diversos componentes, mas a base está alicerçada na taxa Selic, a qual representa o reajuste diário dos preços dos títulos públicos. Se a taxa SELIC e o *spread* estão diretamente relacionados, eles remetem a um outro índice envolvido em análises financeiras, que é a taxa de inflação.

Portanto, para atingir o objetivo específico de analisar a taxa do *spread* no período de junho/94 a dezembro/04, torna-se necessário pesquisar o comportamento e a evolução da taxa SELIC e da taxa de inflação ao longo desses anos.

### 4.2.1 Taxa SELIC

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia de Títulos Públicos (SELIC) foi

criado pelo BACEN e pela Andima, em 1980, para compra e venda de títulos públicos em operações *on line*, efetuadas por instituições devidamente credenciadas no mercado financeiro. Desse sistema, originou-se a taxa SELIC, sendo formada pela média das operações diárias dos títulos públicos. Segundo a obra de Fortuna (2002, p 121), representa a taxa que o BACEN utiliza para efetuar a “sua política monetária”.

A taxa SELIC, a partir de 01.07.96, passou a ter o atributo de ser referência “do custo do dinheiro na economia”, deixando de ser fixada pelo BC e ser determinada pelo mercado, através do conceito de “oferta e procura por liquidez” (FORTUNA, 2002, p 121).

Portanto, a taxa SELIC, por ser taxa básica referencial do sistema financeiro, destaca-se como primeiro procedimento à evolução semestral da taxa SELIC efetiva mensal, ao longo dos anos, desde 1994 até 2004.

A maneira como será realizada a mostra das taxas prende-se à natureza jurídica dos bancos de serem obrigados a publicar suas demonstrações de resultados semestralmente. Dessa forma, as análises são baseadas nesses percentuais que terão como referência os índices acumulados nos meses de junho e dezembro. Em decorrência disso, as análises possuem como padrão a semestralidade.

Na Tabela 1 encontram-se o fator mensal e o acumulado, no ano, da taxa SELIC. Tais informações foram extraídas do *site* do BACEN.

No que se refere à formação das taxas praticadas pelos bancos, em suas duas dimensões, de captar e de emprestar, a tabela abaixo mostra o comportamento da taxa SELIC nesses últimos anos, elemento referencial na formação da taxa de

juros. Assim, é possível observar uma queda no fator anual acumulado de 1994 para 1995, diminuindo gradualmente até dezembro/98, por conta das ações implementadas com o Plano Real. Porém, em 1999, ocorre a mudança na Política Cambial, cuja cotação do dólar passa de fixa (bandas cambiais) para flutuante (mercado). Como consequência, as taxas voltaram a crescer por conta dessa alteração. Passado o primeiro impacto turbulento, a partir de 2000, o mercado retoma o equilíbrio, que pode ser comprovado com a estabilização da taxa SELIC.

**Tabela 1: Taxa Selic Efetiva Mensal**

<b>Mês</b>	<b>Fator Mensal</b>	<b>Fator Acumulado no Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Fator Mensal</b>	<b>Fator Acumulado no Ano</b>
Jun/94	1,50619665	9,68830722	Dez/94	1,03797499	12,53628386
Jun/95	1,04039734	1,25836485	Dez/95	1,02777322	1,53087196
Jun/96	1,01977279	1,13953845	Dez/96	1,01804323	1,27411896
Jun/97	1,01606833	1,10313922	Dez/97	1,02972367	1,24787830
Jun/98	1,01602412	1,12544828	Dez/98	1,02401553	1,28788163
Jun/99	1,01671869	1,14760284	Dez/99	1,01599629	1,25587851
Jun/00	1,01391748	1,08846529	Dez/00	1,01198167	1,17432542
Jun/01	1,01273316	1,07562766	Dez/01	1,01393542	1,17317389
Jun/02	1,01329033	1,08678998	Dez/02	1,01742449	1,19173058
Jun/03	1,01856679	1,11815020	Dez/03	1,01373250	1,23345452
Jun/04	1,01229889	1,07600465	Dez/04	1,01482823	1,16246292

Fonte: Site do BACEN (2004 e 2005)

Para entender como ocorre a alternância das taxas de juros, deve-se observar o movimento de compra e venda dos Títulos Públicos, no qual cada procedimento indica uma tendência. Portanto, quando ocorre o aumento nas taxas de juros, isso indica que o BACEN está vendendo títulos do governo. Tal mecanismo reduz a oferta de moeda, além do que os investidores pressionam a elevação das taxas para poder comprá-los. Mas, quando o BACEN compra títulos que estão em poder dos investidores (ou os recompra), acontece o processo inverso, há a redução das taxas de juros (SANT'ANA, 1997).

Nesse contexto, pode-se dizer que o comportamento da taxa SELIC reflete os eventos econômicos ocorridos com o mercado no decorrer do tempo.

#### **4.2.2 Inflação no Brasil**

Dando continuidade à coleta de informações, outro levantamento pertinente refere-se aos índices da inflação relativos ao período citado por esse estudo, dados esses relevantes ao objeto das análises. Além disso, cabe lembrar que o controle da taxa de inflação é o objetivo principal da política monetária brasileira, pois o Brasil vem de uma história inflacionária, na qual desencadearam diversos planos econômicos que preconizavam a sua estabilização.

O conceito de inflação, para Lopes e Rossetti (1998, p. 303), traduz um fenômeno do mercado em que se observa de forma generalizada “uma elevação geral de preços” em todos os grupos de produção de bens e serviços. Como consequência negativa desse fenômeno, observam-se a “destruição da hierarquia salarial, o desinteresse por aplicações produtivas e a crescente subversão da ordem econômica” – atividades especulativas (LOPES; ROSSETTI, 1998, p. 343).

O índice da inflação que realmente traduz um percentual perfeito, conforme salientam Lopes e Rossetti (1998), é operacionalmente inviável devido à diversidade dos dados que deveriam ser coletados. Por isso os índices utilizados são construídos a partir de “quadros amostrais” que sofrem ajustes técnicos para que se aproximem da realidade. Porém, nesses indicadores podem acontecer erros do tipo: de fórmula, de amostragem e de homogeneidade.

Na seqüência, tem-se a Tabela 2, a qual contempla dois indicadores de inflação no Brasil, o Índice Geral de Preços (IGP-DI) e o Índice de Preços no

Atacado (IPA-DI). O IGP-DI é obtido por uma média ponderada dos índices de preços por atacado, pelo custo de vida e pelo custo da construção civil do Rio de Janeiro. Já o IPA utiliza a média ponderada dos seguintes índices: preços dos bens de consumo duráveis e não-duráveis, de bens de produção, de produtos agrícolas e de produtos industriais, segundo Sant’Ana (1996).

A tabela a seguir foi construída com esses índices, com o objetivo de exemplificar a variação percentual que ocorre em razão dos diferentes dados coletados para a sua composição. Essas diferentes formas de composição irão representar um dos índices de inflação utilizado pelo mercado em suas análises. Porém o mercado, de acordo com o foco da análise pretendida, escolhe dentre os índices o que melhor se enquadre ao objetivo da análise.

**Tabela 2: Indicadores de Inflação do Brasil**

<b>Período</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>IGP- DI</b>	909,6	14,78	9,34	7,48	1,70	19,98	9,81	10,40	26,41	7,67	12,14
<b>IPA-DI</b>	857,8	6,39	8,09	7,78	1,51	28,90	12,06	11,87	35,41	6,26	14,67

Fonte: FGV – Site BACEN (2005)

Os dados da Tabela 2 mostram que mesmo utilizando bases de informações diferentes, verifica-se uma tendência de serem similares. Isto é caracterizado por uma reduzida variação anual entre eles.

Entretanto, existem outros indicadores (medidores) da inflação obtidos a partir dos critérios utilizados para o cálculo e o fim para o qual se destinam. Nesta pesquisa optou-se pelo Índice Geral de Preços (IGP-Di) para ser usado nas análises e na atualização de valores, no sentido de ser o indicador utilizado pelo mercado financeiro para medir “a evolução geral de preços na economia do país”, segundo Lopes e Rossetti (1998, p. 310).



### 4.2.3 *Spread* bancário

Os dados coletados e relatados até o momento referem-se aos índices básicos utilizados pelo mercado financeiro em suas análises. Dando continuidade ao primeiro objetivo almejado por esse estudo, é proposta uma adaptação do conceito de *spread*, a qual se acredita que demonstra o índice praticado pelo BESC em sua intermediação financeira.

Torna-se oportuno lembrar que os bancos, para realizarem suas operações de crédito, podem dispor de dois tipos de recursos: os próprios e os de terceiros. São considerados capitais próprios: o capital social, as reservas e os fundos. O capital de terceiros é caracterizado pelos depósitos à vista e a prazo.

Porém, o conceito de *spread* está sendo redefinido pelos professores da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, de São Paulo – FIECAFI, Assaf Neto e Nelson Carvalho (2005), através de um trabalho realizado para a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), intitulado “A dimensão real do *spread* bancário”, no qual propõem um modelo para apurar essa parte dos juros. Para os autores, a forma como é comumente conceituada de ser o “lucro dos intermediários financeiros” é tecnicamente incorreta, pois seria o mesmo que confundir o lucro bruto das empresas comerciais com o lucro líquido.

Assim, os professores citados, ao redefinir o conceito de *spread*, o consideram em três categorias: **bruto** – deduzindo somente as despesas de captação; **direto** – após a exclusão de outras despesas identificáveis aos produtos; e o **líquido** – obtido depois da dedução das despesas indiretas apropriadas e dos impostos sobre os lucros.

Com o desenvolvimento do modelo, para mensurar essa parcela dos juros,

utilizando-o no enfoque do *spread*, concluíram que o lucro dos bancos com operações de crédito variaram, no ano de 2003, entre 6,79% e 8%.

Outro estudo envolvendo *spread* refere-se ao desenvolvido por Troster (2005), no qual aborda as possíveis razões dos altos índices do *spread* bancário brasileiro. Argumenta que se trata de uma preocupação antiga visualizada na literatura econômica.

Para Troster (2005), o “*spread* elevado é o reflexo de uma cunha fiscal, monetária, tributária e institucional alta, e tem como consequência uma oferta de crédito baixa”. Para este autor, a chave para os juros baixarem no Brasil encontra-se na relação crédito/ PIB: quanto maior for essa relação maior será o PIB per capita. Assim, conclui-se que o crédito possui uma relação direta para o crescimento econômico.

Deposito de Poupador	100.000,00
G - CPMF ao comprar CDB	378,56
Valor de aplicação do CDB	99.621,44
Juros brutos do investidor 24,5% ao ano (V)	1.937,24
G - Imposto de Renda	387,45
Valor do resgate do CDB	101.171,23
G - CPMFao sacar recursos	384,45
Resgate do Investidor	100.786,78
I -Rendimento líquido do investidor	786,78
Depósito compulsório de 23%	22.912,93
Saldo para emprestar - Empréstimo	76.708,51
G - IOF 0,0041% ao dia	94,35
Recursos depositados na conta do tomador	76.614,16
G - CPMF	291,13
Valor disponível para o tomador	76.323,02
T - Juros do empréstimo ( I )	2.723,80
Pagamento do empréstimo	79.432,31
Custos Fixos e Inadimplência (VI)	-
G/B - Juros dos compulsório ( II )	445,56
FGC - Fundo Garantidor de Créditos ( III )	25,29
G - PIS Confis ( IV )	57,29
Lucro bruto do banco (I)+ (II)-(III)-(IV)-(V)-(VI)	1.149,54
G - IR + Contribuição Social 34%	390,84
Lucro Líquido	758,70

Fonte: Troster 2005

#### Quadro 2: Simulação de Captação de Empréstimo

Nesse contexto, para exemplificar os elementos envolvidos no fluxo de intermediação bancária, compreendendo a captação de recursos e o empréstimo, visualizando os *spreads* e tributos, é que encontra-se acima o quadro desenvolvido por Troster (2005), contemplando essas especificações.

Dessa simulação, Troster (2005) observou que dos R\$ 3.109,28 pagos pelo tomador do empréstimo fictício, este valor foi transformado em percentual para remunerar os elementos da intermediação, que ficaram assim distribuídos: 49,5% para governo, 25,3% do investidor, e somente 24,4% é a parcela destinada ao banco para diluir suas despesas e obter lucro.

Troster (2005), para realizar essa amostragem, simula uma aplicação e um empréstimo hipotético de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), num período de um mês.

Portanto, esses estudos recentes focando o *spread* bancário mostram que há muito a se fazer para que ocorra a sua redução. Mas tudo leva a crer que essas ações estão relacionadas na redução de tributação e na ampliação do volume emprestado.

#### **4.2.3.1 Spread do BESC**

Os bancos, ao realizarem esse procedimento de captar recursos e emprestá-los, recebem uma remuneração comumente chamada de juros. Porém, a parcela que caracteriza parte do ganho chama-se *spread*, a qual reflete a definição utilizada por Modé (2003), que “é a diferença entre o que os bancos pagam para captar e o que cobram na hora de emprestar”. Cabe lembrar que cada instituição de crédito possui custos diferenciados e, conseqüentemente, as remunerações são diferentes entre si.

Portanto, para adaptar o conceito ao praticado pela instituição, são utilizados

itens do seu balanço que representem a remuneração e o total das operações de crédito. A adaptação do modelo está baseada em cálculo matemático de obtenção de taxa de juros em uma operação, basta ter o montante de juros (receitas provenientes dos empréstimos), dividindo-o pelo total das operações de crédito (esse total é formado pelo capital emprestado mais os juros praticados para cada tipo de empréstimo).

Sendo assim, para realizar o cálculo proposto, os dados são extraídos das Demonstrações de Resultado, informações referentes às receitas (juros de empréstimos), e do Ativo, os dados relacionados ao montante emprestado, da empresa foco do estudo, pois acredita-se que são esses dois relatórios legais que contemplam os itens pertinentes à adaptação do conceito pretendido. As contas utilizadas referem-se aos empréstimos efetuados ao público em geral, mas cabe explicar que para esse procedimento estão excluídas operações de câmbio, arrendamento mercantil e financiamento habitacional.

A composição da primeira parte do cálculo deve identificar as contas que mostre a remuneração auferida pela instituição sobre as operações de crédito efetuadas. A conta que traduz esse enunciado está nas Demonstrações de Resultado, mais especificamente a conta Receitas de Operações de Crédito. Porém, desse valor devem ser reduzidos os valores contabilizados na conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Desse procedimento, obtém-se o primeiro resultado, identificado por A, na Tabela 3.

Nesse contexto, cabe uma explicação sobre provisionamento dos créditos de liquidação duvidosa. Este segue as normas da Resolução 2682, do Banco Central, impondo aos bancos classificar os seus tomadores de empréstimos conforme a classificação de risco, regulamentada pelo normativo citado.

Na seqüência, os dados que compõem a segunda parte da fórmula proposta são extraídos do Ativo, somando as contas Operações de Crédito (Ativo Circulante) e as Operações de Crédito do Ativo Realizável a Longo Prazo. Esse cálculo é identificado na fórmula por B. Então, para se chegar ao percentual proposto, são divididos os resultados identificados por A e B, cujo resultado acredita-se ser taxa praticada pela instituição.

Continuando o raciocínio, é obtido o *spread* da instituição, subtraindo do percentual obtido menos a taxa SELIC (custo do dinheiro). Como os dados trabalhados são relativos ao crédito da instituição, pode ser chamado de *spread* de crédito. Desse resultado (*spread*) no refere-se a receita bruta de operação de crédito está composta da tributação, das diversas despesas ( mão de obra, equipamentos), risco e o lucro para a intermediação do crédito.

**Tabela 3: Spread em Operações de Crédito do BESC**

Ano	ROC	Prov.	Sub. Total A	Total Op. Créd.	Op. Créd. LP	Sub.Total B	Tx. Prat. A/ B	Taxa Selic	Spread Op. Créd.
1994	112.697	-16.720	95.977	346.159	28.112	374.271	25,64	115,36	-89,72
1995	407.418	-67.673	339.745	415.072	110.242	525.314	64,67	53,09	11,58
1996	331.044	-97.355	233.689	464.470	115.770	580.240	40,27	27,41	12,86
1997	359.093	-93.900	265.193	594.270	134.988	729.195	36,37	24,79	11,58
1998	417.874	-232.889	184.985	581.555	302.744	884.299	20,92	28,79	-7,87
1999	322.403	-124.042	198.361	244.358	260.234	504.592	45,93	25,59	20,34
2000	147.785	-12.792	134.993	59.566	86.250	145.816	92,58	17,43	75,15
2001	112.191	7.900	120.091	62.320	68.511	130.831	91,79	17,32	74,47
2002	177.018	3.435	180.453	107.284	41.533	148.817	121,26	19,17	102,09
2003	81.051	-4.471	76.580	137.033	31.756	168.789	45,33	23,34	21,99
2004	82.250	3.158	85.658	181.795	22.095	203.890	42,01	16,25	25,76

Fonte: Dados secundários da pesquisa (Relatórios Legais)

Legenda:

ROC = Receitas Operações de crédito (1)

Prov =Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa (2)

A = Total 1+2

Total Op. Crédito = Total Operações de Crédito (3)

Op.Créd L P = Operações de Crédito Realizável a Longo Prazo (4)

B = Total 3+4

A/B = Taxa de juro praticado

Taxa Selic

Spread Op Créd = Spread operações de crédito do BESC

Os elementos da Tabela 3 proporcionaram alguns resultados discrepantes à lógica do conceito de “*spread*”. Esses pontos disformes estão refletidos nos exercícios de 1994, 1998, 2000, 2001 e 2002, os demais resultados encontram-se ajustados ao conceito apresentado nesse estudo, uma vez que o percentual obtido da taxa praticada menos, o custo do dinheiro (taxa SELIC), refere-se ao “*spread*”, que caracteriza nesse contexto a remuneração bruta das operações de crédito do BESC. Antes da construção da Tabela 3 esperavam-se índices positivos e percentuais um pouco acima da taxa SELIC, porém constataram-se variações que merecem considerações.

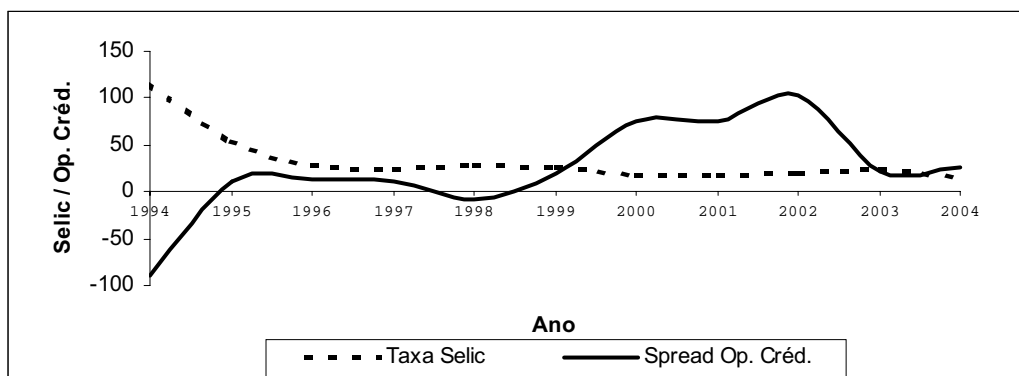
Com referência aos percentuais obtidos no exercício de 1994, uma possível explicação para a discrepância do índice encontra-se baseada na maneira como é calculada a taxa anual da SELIC. Neste caso, foi composta por índices elevados, relativos aos primeiros meses de 1994, anterior à implementação do Plano Real.

Na seqüência, observa-se também o exercício de 1998 em “*spread*” negativo de -7,87%. Analisando os dados, verifica-se um valor expressivo contabilizado na conta de Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa. Conjecturando-se acerca do assunto, caso os valores provisionados não fossem acentuados, o resultado seria positivo de acordo com o previsto. Este índice negativo pode-se dizer que é um reflexo do processo da Federalização. O BESC teve os Balanços de 1997 e 1998 contestados pela administração ao assumir a gestão em 1999.

Entretanto, quanto aos percentuais obtidos relativos aos exercícios de 2000, 2001 e 2002, a causa pode ser atribuída ao baixo volume de operações de crédito, se comparado ao que se encontra contabilizado nas contas de Operações de Crédito e na de Realizável a Longo Prazo dos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998. Novamente, este fato traduz o processo da Federalização, no qual a empresa

praticamente deixou de operar em razão do contingenciamento das suas operações de crédito, em função da do tipo de gestão.

Para melhor visualização do exposto acima, segue o Gráfico 1 que representa o *spread* praticado pelo BESC em suas operações de crédito entre os anos de 1994 e 2004. Pode-se dizer que as oscilações visualizadas traduzem, em parte, o momento turbulento que a empresa passava.



Fonte: Dados da pesquisa – extraídos da Tabela 3

**Gráfico 1: Evolução da Taxa Selic e do *Spread* das Operações de Crédito**

Outro ponto visualizado, referente ao Gráfico acima, no que concerne aos dados obtidos nos anos de 2003 e 2004, leva a crer que é o início de um período caracterizado pela regularidade com o conceito de *spread* apresentado. Essa coerência pode estar alicerçada na volta do equilíbrio operacional da instituição, através do balanço do BESC de 2004, que destaca a expansão do crédito na ordem de 25,74% em relação a 2003 e a melhora da qualidade do crédito, que conseqüentemente reduziu o nível de provisão.

Outro ponto abordado refere-se ao comportamento do *spread* de crédito do BESC, relacionando-o com os demais bancos. Para auxiliar na resolução desse questionamento, pesquisou-se no *site* do BACEN informações acerca de *spreads* praticados pelos bancos brasileiros. Então, verificou-se que o Banco Central realiza

periodicamente pesquisa sobre *spreads* de operações para pessoas físicas e jurídicas, utilizando recursos livres no deferimento de créditos. Os dados no *site* estão discriminados mensalmente, a partir de junho de 2000. Mas, para formar a Tabela 3, as informações do *spread* do BESC e dos outros bancos, os dados do *site* foram transformados em anuais, mediante média das taxas, compreendendo o período disponibilizado, referente aos anos de 2000 a 2004.

O relatório obtido sobre o *spread* mensal praticado pelos bancos é o resultado da pesquisa realizada pelo Banco Central com as taxas praticadas pelos bancos em operações utilizando recursos livres, que diferem da metodologia utilizada neste estudo.

<i>Ano</i>	<i>Spread BACEN</i>	<i>Spread BESC</i>
2000	27,24%	75,15%
2001	26,97%	74,47%
2002	29,99%	102,09%
2003	31,85%	21,99%
2004	28,13%	25,76%

Fonte: Bacen, 2005 e dados da pesquisa

**Quadro 3: *Spread* BACEN e BESC(1)**

Observa-se, ao comparar os dados do Quadro 3, que os percentuais do BESC relativos aos anos de 2000, 2001 e 2002 continuam sendo discrepantes em relação aos praticados pelo mercado, de forma generalizada. Porém, acredita-se que essa diferenciação deve estar relacionada ao processo de federalização, uma vez que esses anos foram marcados pelo contingenciamento das operações de crédito e pelo desequilíbrio da inadimplência. Ao verificar o comportamento entre os *spreads* dos anos de 2003 e 2004, observa-se uma certa conformidade, mesmo utilizando processos diferentes de apuração dessas taxas. Essa semelhança pode ser explicada em função da normalidade obtida com a retomada no deferimento das



operações de crédito, somada ao baixo volume de provisionamento.

Em função das observações obtidas, efetua-se uma nova tabela, porém suprimindo as informações relacionadas à modelagem da empresa para a privatização, caracterizadas pela inadimplência. Outra informação pertinente refere-se aos valores que são contabilizados na conta Receita de Operações de Crédito, de acordo com a metodologia, além das receitas com as operações de crédito normais, figuram também, os créditos lançados em prejuízos e que foram cobrados (recuperados) durante exercício.

**Tabela 4: Spread do BESC, outra abordagem**

Em Milhares de Reais

Ano	ROC	Total Op. Créd.	Op. Créd. LP	Sub.Total B	Tx. Prat. A/B	Taxa Selic	Spread Op. Créd.
1994	112.697	346.524	35.972	382.466	29,47	115,36	-85,89
1995	407.418	417.352	143.027	560.379	72,50	53,09	19,61
1996	331.044	490.702	67.399	558.101	59,32	27,41	31,91
1997	359.093	619.359	174.432	793.791	45,24	24,79	20,45
1998	417.874	608.494	302.744	911.238	45,86	28,79	21,07
1999	322.403	275.612	260.234	535.846	51,43	25,59	25,84
2000	147.785	178.023	86.250	264.273	55,92	17,43	38,49
2001	112.191	132.112	68.511	200.623	55,92	17,32	28,60
2002	144.418	159.875	41.533	201.408	56,816	19,17	37,64
2003	81.051	162.865	31.756	194.621	41,65	23,34	18,31
2004	82.250	197.907	22.095	220.002	37,50	16,25	21,25

Fonte: Dados secundários da pesquisa

A versão atual da tabela, desconsiderando a inadimplência (risco) provocada pela federalização, proporciona resultados coerentes ao conceito de *spread* no decorrer do período proposto para estudo. Novamente os dados obtidos no ano de 1994 são discrepantes, uma vez que esse ano é considerado atípico em função da conversão da moeda e da metodologia de cálculo da Taxa SELIC. No exercício de 2002 foi realizado um ajuste em função da renegociação das Letras do Tesouro de Alagoas no valor de sessenta e dois milhões e seiscentos mil reais. Este fato refere-se à recuperação de perdas de capital, evento este em que também é contabilizada a sua reintegração na conta Receita de Operações Crédito (ROC). Esses dados

mostram que muitos créditos lançados como prejuízo na modelagem para privatização eram passíveis de cobrança.

Nesse contexto, no que se refere à coerência de conceito, os dados observados indicam ser uma consequência do aumento do volume de crédito deferido com critério que evita o provisionamento de operações com liquidação duvidosa. A presente observação relaciona-se aos recentes estudos sobre *spread*, principalmente no enfoque da inadimplência que, segundo Troster (2005), constitui-se em um dos fatores responsáveis pelos altos índices praticados pelos bancos.

### **4.3 TARIFAS BANCÁRIAS**

As empresas, no desenvolvimento de suas atividades, conforme identificam Colli e Fontana (1996), necessitam de dois procedimentos opostos para movimentar o seu ciclo de sobrevivência (ou atividade). No primeiro momento, a empresa, para colocar no mercado seu produto ou serviço, tem que realizar um conjunto de despesas (custos) na sua produção ou desenvolvimento. O segundo momento é quando o mercado adquire esses produtos ou serviços e, em troca, a empresa é reintegrada dessas despesas, o que caracteriza uma receita para a mesma.

As tarifas bancárias são para os bancos mecanismos de reintegração de despesas, pois os clientes, ao utilizar algum dos serviços disponibilizados, estão remunerando a instituição. Além da reintegração de despesas, outro enfoque trata da abordagem efetuada por Fortuna (2002) ao reportar-se à tarifação aplicada pelos bancos como ferramenta de concorrência utilizada para reter e ampliar a quantidade de clientes. Então, pode-se conjecturar que quanto maior for o volume de clientes que o banco possuir, maior será a sua receita, pois esta situação promove um

aumento em sua renda de prestação de serviço e, conseqüentemente, seus custos são diluídos (escala).

Pode-se dizer que o movimento de diversificação das tarifas bancárias foi intensificado após a implementação do Plano Real, já que foi baseada na perda de receita que os bancos tiveram, provenientes da baixa do *spread* das captações e das operações de crédito. Nesse novo cenário de juros baixos, a alternativa encontrada pelos bancos pode estar baseada na cobrança das tarifas por serviços prestados, com o intuito de equilibrar seus custos e rentabilizar seus investimentos.

Essa novidade no setor bancário não passou despercebida pelos meios de comunicação que, esporadicamente, realizam pesquisas entre as tarifas bancárias praticadas pelos bancos, evidenciando a disparidade nos valores praticados, o que caracteriza a concorrência citada por Fortuna (2000). Outro ponto que auxilia a comprovação da diversidade dos valores praticados entre os bancos refere-se a um levantamento sobre aqueles praticados em algumas tarifas, efetuado em abril de 2003, pela autora, nos *sites* do Banco Itaú, Unibanco e in-loco no BESC. Na época, o motivo da escolha para realizar a comparação entre os bancos citados prende-se ao fato de que os bancos citados estavam pré-qualificados para o leilão de privatização do BESC. Para exemplificar, os valores praticados em abril de 2003 na tarifa de manutenção de Conta Ativa de Pessoa física eram os seguintes: Itaú: R\$5,00, Unibanco: R\$ 4,95 a R\$ 6,90, e a tarifa do BESC, de R\$ 3,00.

Para aprofundar as observações, foi pesquisada também a Caixa Econômica Federal – CEF, com o objetivo de comparar as tarifas praticadas por um outro banco público, revelando que o valor praticado pela tarifa de manutenção de conta ativa, em abril de 2003, nesse banco, era de R\$ 4,50.

Diante desse simples exemplo, verifica-se a diversidade de valores

praticados pelos bancos no que se refere à manutenção de conta corrente. Pode-se supor que esta tarifa de manutenção seja o valor do custo de conta para a instituição. Assim, ela deve estar relacionada diretamente às reintegrações das despesas, caracterizadas por uma empresa de serviço que possui como desenvolvimento produtivo a forma de processo.

#### **4.3.1 As tarifas no BESC**

Sendo assim, para dar seqüência a um dos objetivos deste estudo, ocorre a apresentação da evolução das tarifas praticadas pelo BESC, abordando suas categorias (tipos) e identificando o fato gerador e as quantidades, relativos ao período compreendido entre janeiro de 1994 e dezembro de 2004. Para corroborar com a presente proposição, devem ser realizadas observações com o intuito de levantar dados que comprovem, ou não, a evolução das cobranças das tarifas bancárias. Para que isso seja possível, os documentos pertinentes aos dados sobre a tarifação dos serviços disponibilizados pelo BESC são as edições publicadas das tabelas de tarifas relativas ao período citado.

As amostragens são realizadas em ordem cronológica, posicionando historicamente a estratificação da criação e cobrança de tarifas. Outro ponto a ser abordado são as mudanças que essa tarifação representa para a instituição no campo das receitas. Cabe explicar o fato de que algumas tarifas, ao serem implementadas, têm seu efeito de cobrança logo após a publicação (obedecendo ao prazo legal) para maioria de seus correntistas, e outras decorrem da necessidade específica de algum serviço por parte do cliente.

De posse da documentação fornecida pelo BESC, iniciou-se o levantamento das quantidades de itens passíveis de cobrança. Como primeira observação,

verifica-se uma concentração na criação de tarifas no período compreendido entre junho/97 a dezembro/97, passando de 59 tarifas para 114. A partir desse período, ocorre uma certa estagnação, que vai de janeiro de 1998 a dezembro de 1999, que pode ser explicada com a federalização da instituição, evento este que antecede a privatização.

Depois desse período, o acréscimo da diversidade na criação de tarifas ocorre de forma gradual e constante. A verificação desse movimento pode ser constatada ao se observar os dados constantes na Tabela 5. A composição dos dados da tabela abaixo possui como foco a quantidade de tarifas praticadas pelo BESC, por semestre, compreendendo o período abordado pelo estudo.

**Tabela 5: Quantidade de Tarifas por Semestre**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
Jun/94	34	Dez/94	34
Jun/95	34	Dez/95	34
Jun/96	34	Dez/96	57
Jun/97	59	Dez/97	114
Jun/98	121	Dez/98	137
Jun/99	137	Dez/99	137
Jun/00	148	Dez/00	151
Jun/01	151	Dez/01	151
Jun/02	165	Dez/02	165
Jun/03	165	Dez/03	169
Jun/04	173	Dez/04	174

Fonte: Dados secundários da pesquisa (Tabelas de tarifas do BESC)

As primeiras edições da tabela de tarifas disponibilizada são datadas de janeiro de 1992. Observa-se que as tabelas iniciais, as quais vão de janeiro/92 a setembro/96, foram discriminadas por tipo de serviço e continham 17 itens e alguns subitens. Então, para exemplificar o formato das tabelas iniciais de tarifas, segue o quadro referente àquelas praticadas em abril de 1994.

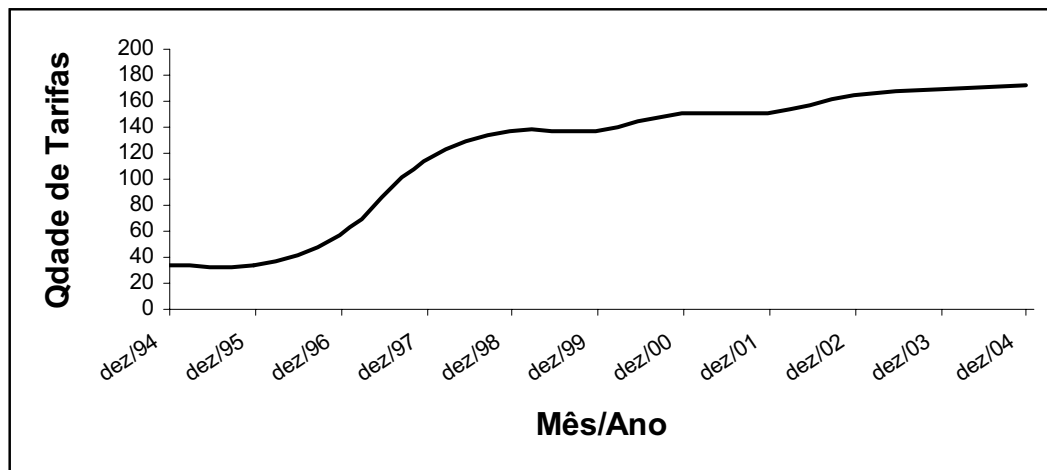
Discriminação das Tarifas	Valor em Cr\$	Valor em R\$
<b>COBRANÇAS</b>		
a) Simples	2.856,00	1,04
Baixa por Devolução	2.856,00	1,04
Envio de Títulos a Cartório	2.856,00	1,04
b) Direta e DTV		
Código 01	2.856,00	1,04
Código 02	2.599,00	0,95
Código 03	2.289,00	0,83
Código 04	2.042,00	0,74
Código 05	1.613,00	0,59
<b>RECEBIMENTOS DE CARNÊS E ASSEMELHADOS</b>	1.140,00	0,42
<b>DOC (somente para outros bancos)</b>	3.755,00	1,37
<b>PAGAMENTO DE EMPREGADOS (por empregado)</b>	738,00	0,27
<b>MICROFILME/CÓPIAS DE DOCUMENTOS</b>	1.406,00	0,51
<b>CONTAS INATIVAS (paralisadas há seis meses)</b>		
Cobrança mensal	1.680,00	0,61
<b>EXTRATO DE CONTAS</b>		
Diário, Mensal ou Quinzenal ( por folha)	585,00	0,21
Terminal de Consulta	700,00	0,25
<b>RECOLHIMENTO/ENTREGA NÚMERÁRIO</b>		
Serviço Rotineiro (mais 0,04% do valor)	17.400,00	6,38
Serviço Eventual ( mais 0,04% do valor)	20.750,00	7,55
<b>ORDENS DE PAGAMENTO</b>		
OPC	Isento	
Opch/Opt-0,20% do valor, Limitado - mínimo	3.150,00	1,15
máximo	5.180,00	1,88
<b>DÉBITO AUTORIZADO</b>	450,00	0,16
<b>FICHA CADASTRAL</b>		
Pessoa Física	5.500,00	2,00
Pessoa Jurídica	16.500,00	6,00
<b>CHEQUES</b>		
Talonário - 10 folhas	1.250,00	0,46
20 folhas	2.220,00	0,80
Empresa ( por folha)	125,00	0,05
Avulso	890,00	0,32
Administrativo	3.100,00	1,13
Sustação de Pagamento ( por folha)	1.730,00	0,63
Devolução ( além da taxa de Cr\$ 333,00 serv Compe)	2.400,00	0,87
<b>CCF - Encerramento ou Reabertura ( além da taxa de Cr\$ 6.416,00 cobrada pelo serv. Compensação)</b>	7.510,00	2,73
<b>RESSARCIMENTO DESPESAS TELEX/TELEFONE/FAX (inclusive para Ordens de Pagamento)</b>	2.540,00	0,92
<b>CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES ATIVAS (Crédito Geral, Rural e Financeira)</b>	10.200,00	3,71
<b>CARTÃO DE GARANTIA DE CHEQUES ESPECIAIS E MAGNÉTICO</b>	3.390,00	1,23
<b>SOLICITAÇÃO PARA EXCLUSÃO DO RELATÓRIO DE IMPEDIDOS DE OPERAR COM O BESC</b>	10.000,00	3,64

**Quadro 4: Tarifas Praticadas pelo BESC em Abril 1994**

O referido quadro acima foi transcrito na moeda da época, isto é, Cruzeiro Real, e depois convertido para o Real para mostrar as alterações provocadas pela mudança da moeda. Outro detalhe visualizado dessas edições iniciais prendem-se ao fato de que as tabelas não possuíam o aspecto de divulgação pública, como

ocorre no momento, podendo-se dizer que elas eram um documento de domínio interno.

O Gráfico 2 representa a evolução em quantidade de tarifas na proporção em que foram publicadas pelo BESC, entre os anos 1994 e 2004, identificando uma tendência de crescimento constante. Outro ponto observado na documentação pesquisada a partir de janeiro de 1992 é de que as edições das tabelas de tarifas aconteciam mensalmente, por conta da atualização de seus valores, em função do efeito inflacionário reinante. De acordo com a tabela de tarifas em vigor em junho de 1994, a mesma possuía 34 tipos e, em dezembro de 2004, passou para 174 tipos de tarifas passíveis de cobrança.



Fonte: Dados da pesquisa – extraídos da Fonte: Bacen, 2005 e dados da pesquisa

Quadro 3

### Gráfico 2: Evolução do Número de Tarifas

A partir da publicação da tabela de outubro/96, o *lay-out* modificou-se e começou ser agrupado por itens de afinidades, ficando estratificada em 8 grupos, cada um contendo os serviços passíveis de serem tarifados. Observa-se em tal procedimento também a preocupação com o consumidor bancário, uma vez que, além de informar os valores, o nome e o fato gerador das tarifas, consta como será

descrita no extrato a referida identificação destas. As observações descritas podem ser visualizados com a transcrição parcial da tabela de tarifas praticada pelo BESC, relativa ao mês de dezembro de 2004, conforme o anexo 1.

Essa alteração de configuração das tabelas de tarifas ocorre na mesma época da regulamentação promovida pelo BACEN, com a publicação da Resolução 2.303 de 25.07.96, relativa à liberação da cobrança de tarifas por parte dos bancos, e também se torna um documento de divulgação interna e externa.

Entretanto, nesta mesma Resolução estão estabelecidos quais modalidades que os bancos não podem cobrar para realizar ou fornecer alguns serviços, segundo Fortuna (2002, p. 129). Assim, os serviços isentos são os seguintes:

- fornecimento de cartão magnético ou um talão de cheques de 20 (vinte) folhas;
- substituição do cartão, exceto em caso de roubo ou perda;
- fornecimento de um extrato mensal relativo à movimentação do mês;
- manutenção de contas poupanças.

Com a publicação da tabela de tarifa em 29/01/98, com implantação de cobrança a partir de 08/07/97, entra em vigor a tarifa mensal de manutenção de conta ativa. Inicialmente, não havia diferenciação de valores entre tipos de contas correntes, física ou jurídica, sendo tarifadas pelo valor de R\$ 2,00. Mas, verificou-se que no decorrer das publicações ocorreu a diferenciação para os diferentes tipos de conta e, na tabela de dezembro de 2004, o valor da tarifa de manutenção da conta corrente para contas físicas foi de R\$ 5,00, e para contas jurídicas, de R\$ 7,50.

Contudo, um novo fato ocorre nessa mesma edição da tabela de tarifas, datada de 29/01/98, caracterizado pela implementação da cobrança de um



determinado valor para utilização de um “conjunto de serviços previamente determinado pelo banco”, segundo definição de Fortuna (2002, p. 128). No BESC, esse conjunto de tarifas é chamado de Cesta de Tarifas, e a opção por esse tipo de tarifação pode ser feita apenas clientes detentores de contas pessoas físicas, escolhendo por uma das duas versões: a Fácil, no valor de R\$ 6,00, e a Simplificada, no valor R\$ 3,00, tendo como diferença a inclusão ou não do talão de cheque. Observa-se nesta publicação a tabela estratificada em 15 grupos de tarifas.

Na continuidade do assunto, ocorre um aprimoramento da Cesta de Tarifas quando da divulgação da tabela de setembro de 1998, caracterizada pela oportunização de um diferencial aos clientes detentores de aplicações financeiras na instituição. Esse diferencial é obtido pelo cliente, com a redução ou isenção na cesta de tarifas, em função dos valores investidos nos diversos tipos de aplicação da instituição. Nas edições posteriores, observar-se um cuidado em tornar esse conjunto de tarifas atrativo, ampliando benefícios aos clientes. Neste momento, a tabela estava constituída de 16 grupos, com itens passíveis de ser tarifados.

No decorrer das publicações das tabelas de tarifas, o comum consistia em estratificar um determinado serviço, para depois ocorrer a cobrança quando ele era utilizado pelo cliente. Porém, isso chamou a atenção na tabela divulgada em 09.06.97, no grupo cheque, o item desbloqueio de talão de cheque, figurando como isento, permanecendo até a tabela de 01.07.2003. Mesmo sendo uma rotina bancária, não foi posta em vigor a sua cobrança, deixando de figurar nas edições posteriores. Como curiosidade, a CEF tarifa seus clientes pelo desbloqueio do talão de cheque, demonstrando novamente a liberalidade que as instituições bancárias exercem sobre a tarifação.

No mesmo grupo dos cheques, outra tarifa que chama a atenção refere-se

ao acatamento de cheques sem provisão de fundos, pois esse procedimento ocorria devido ao relacionamento do cliente com o Banco (agência), o qual consistia em um diferencial de atendimento. Porém, esse diferencial criou a tarifa que entrou em vigor a partir de 31.07.2003, com o valor inicial de R\$ 8,00 por cheque acatado sem provisão de fundos. No entanto, na edição da tabela em vigor em dezembro de 2004, o valor da tarifa figurava em R\$ 10,00.

Uma outra análise proposta tem como foco o comportamento do preço das tarifas no período do estudo. Portanto, optou-se em construir uma tabela com as seguintes tarifas: manutenção de conta ativa (Pessoa física), talão de cheque (20 folhas), extrato (terminal de consulta), cartão magnético e cadastro (pessoa física), de acordo com as respectivas datas e valores de criação e publicações das tabelas. A escolha das tarifas citadas, que compõem a Tabela 6, deu-se pela junção de dois motivos: primeiro, por ser a conta corrente o produto básico de relacionamento do cliente com o banco e, segundo, porque as isenções regulamentadas pelo BACEN estão relacionadas à movimentação da conta corrente.

**Tabela 6: Exemplos de evolução de tarifas praticadas pelo BESC**

<b>Período</b>	<b>Manutenção Conta Ativa</b>	<b>Talão de Cheque</b>	<b>Extrato Term Consulta</b>	<b>Cartão Magnético</b>	<b>Cadastro Pes Física</b>
<b>abr/94</b>		0,80	0,25	1,20	2,00
<b>out/96</b>		3,80	1,20	4,61	11,00
<b>fev/97</b>		3,80	1,20	4,61	11,00
<b>fev/98</b>	2,00	4,40	1,20	2,83	15,00
<b>set/99</b>	2,00	4,40	1,20	2,83	15,00
<b>mar/00</b>	3,00	4,40	1,20	2,83	15,00
<b>abr/02</b>	3,00	4,40	1,20	4,50	15,00
<b>jul/03</b>	4,00	5,00	1,20	4,50	15,00
<b>mai/04</b>	5,00	6,00	1,20	5,20	15,00

Fonte: Dados secundários da pesquisa

Os valores identificados na Tabela 6, referentes às tarifas citadas, mostram que não há nenhum padrão para majoração de valor, pois quando ocorre a alteração de valor em uma das tarifas, isso não é motivo de mudança de preço para as

demais. Um entendimento desse comportamento pode estar baseado na concorrência. Essa observação corrobora com o estudo de Bezerra (2004, p. 1) ao reportar-se acerca dos valores cobrados relativos aos serviços de “estarem tendo suas tarifas determinadas pelo mercado, agora, literalmente competitivo”. Na seqüência, efetua-se uma outra abordagem, indexando com IGP -Di, índice de inflação utilizado pelo mercado financeiro, aos dados da Tabela 6. O objetivo desse procedimento é de verificar se existe relação entre a majoração dos valores dos serviços com os índices de inflação ou se irá reforçar a tendência de que o preço das tarifas está relacionado aos praticados pelo mercado, em função da concorrência.

**Tabela 7: Tarifas atualizadas pelo IGP-DI**

<b>Período</b>	<b>Mantençaõ Conta Ativa</b>	<b>Talãõ de Cheque</b>	<b>Extrato Term Cliente</b>	<b>Cartãõ Magnético</b>	<b>Cadastro Pes Física</b>
<b>Abr/94</b>	-	0,80	0,25	1,20	2,00
<b>Dez/94</b>	-	2,29	0,71	3,43	5,72
<b>Out/96</b>	-	2,86	0,90	4,30	7,17
<b>Fev/97</b>	-	3,08	0,96	4,62	7,71
<b>Fev/98</b>	2,03	3,14	0,98	4,70	7,85
<b>Set/99</b>	2,44	3,76	1,17	5,64	9,42
<b>Mar/00</b>	2,68	4,13	1,29	6,20	10,34
<b>Abr/02</b>	3,73	5,77	1,80	8,65	14,43
<b>Jul/03</b>	4,03	6,20	1,94	9,31	15,53
<b>Mai/04</b>	4,51	6,96	2,18	10,44	17,42

Fonte : Dados da Pesquisa

Portanto, ao observar as tarifas indexadas, conforme a Tabela 7, referente à abordagem pretendida, pode-se verificar que existem indicativos de que a majoração das tarifas não está relacionada à inflação, tendo como exemplo essa amostra de tarifas praticadas pelo BESC. Sendo assim, acredita-se que os valores praticados estão relacionados ao mercado (estratégias de concorrência).

Os dados obtidos com a indexação, até dezembro de 2004, mostram que caso a instituição optasse por esse tipo de procedimento para reajustar o valor de seus serviços, os valores praticados seriam superiores, exceto a tarifa referente à

manutenção de conta ativa, a qual se encontra abaixo do valor praticado.

A estratificação, pode-se observar que é fruto do aprimoramento tecnológico, e alguns serviços antes realizados como procedimentos de manutenção de clientes oportunizaram a criação de algumas tarifas.

#### **4.3.2 A contabilização das tarifas**

No primeiro momento desse tópico, o foco do estudo concentrou-se em mostrar cronologicamente a evolução da tarifação do BESC. Na seqüência do assunto, o objetivo está em mostrar como ocorre a contabilização das receitas provenientes das cobranças de tarifas.

Nesse sentido, discute-se a função das tarifas bancárias como mecanismos de reintegração de despesas para os bancos. Isto acontece quando há o débito na conta corrente do cliente referente da tarifa pelo serviço ou produto utilizado. A contrapartida do débito na conta corrente é de um crédito em uma conta contábil de renda, do banco, referente à tarifa debitada.

Portanto, as demonstrações a seguir possuem como foco a contabilização das tarifas que se referem à remuneração que a empresa recebe pelos serviços. Entretanto, devido à quantidade das contas contábeis existentes no Banco, destacam-se algumas contas de rendas de tarifas. A documentação disponibilizada para esse momento refere-se aos Balancetes relativos ao segundo semestre dos anos de 1994, 1998, 2000 e 2004.

As informações sobre as receitas das instituições são condensadas. Caso os valores fossem retirados do DRE, estas informações não atenderiam as análises idealizadas para o estudo. Então, solicitou-se, através de correspondência, à

Diretoria de Finanças e Controle do BESC, material que oportunizasse informações mais detalhadas, isto é, relatórios nos quais as contas contábeis de renda encontram-se desmembradas em sub-contas.

Os documentos que foram disponibilizados são balancetes encaminhados ao Banco Central a cada termino do semestre, denominados de Modelo Sintético de Publicação e Remessa ao Banco Central, comumente chamado de 4010.

Assim, de posse desses documentos, inicialmente verifica-se uma evolução na estratificação das contas contábeis, do mesmo modo observado com as tarifas. Então, no Balancete de dezembro de 1994, as Contas de Resultado estavam identificadas em três grupos de contas de receitas e sem nenhum desdobramento.

Entretanto, nos Balancetes do 2º semestre dos anos de 1998, 2000 e 2004, esses relatórios apresentam as contas de rendas de forma desmembrada e seguindo a legislação, isto é, identificadas com o código COSIF (7.0.00.00.9) para as Contas de Resultado. Nessas contas de resultado são contabilizadas todas as receitas provenientes dos produtos e serviços realizados pela instituição.

As contas contábeis, objeto do estudo, são as que representam a cobrança de tarifas bancárias e estão contabilizadas basicamente no grupo: Receita de Prestação de Serviços e Outras rendas Operacionais (onde é contabilizada a tarifa de manutenção de conta ativa).

Na conta Receita de Prestação de Serviço, nos relatórios gerenciais da instituição, há basicamente uma sub-conta para cada tipo de tarifa, mas, no Balancete de remessa ao BACEN, tais contas encontram-se desmembradas em quatro sub-contas, que são as seguintes:

- Rendas de Administração de Fundos de Investimentos;

- Rendas de Cobrança;
- Rendas de Transferência de Fundos;
- Rendas de Outros Serviços;
- Rendas de Serviços de Custódia (a partir do Balancete de 2004).

Sendo assim, com a Tabela 8, são mostradas as Receitas de Prestação de Serviço e Outras Receitas Operacionais, mediante as informações extraídas dos Balancetes citados, com o objetivo de verificar com que percentual essas receitas contribuem no total das contas credoras da instituição, como também analisar o quanto da Receita de Prestação de Serviço corresponde ao total das contas de resultado.

**Tabela 8: Contas de Resultado – Foco Receitas de Tarifas**

Em milhares de Reais

<b>2o Sem.</b>	<b>* Total Contas Resultado</b>	<b>** Rec. Prest.Serv.</b>	<b>*** Outras Rec. Op.</b>	<b>Total</b>	<b>% Total</b>	<b>% Rec. Prest. Ser.</b>
1994	266.683	17.679	4.980	22.659	8,49%	6,62%
1998	424.618	38.016	6.472	44.488	10,47%	8,95%
2000	258.120	39.857	5.615	45.472	17,61%	15,44%
2004	263.556	48.812	12.617	61.429	23,30%	18,52%

Fonte : Dados secundários da pesquisa

**Legenda**

\* Total das Contas de Resultado

\*\* Receitas Prestação de Serviço

\*\*\* Outras Receitas Operacionais

Os elementos da Tabela 8 demonstram uma evolução crescente das receitas com a prestação de serviços, caracterizadas pelas tarifas. Verifica-se no Balancete de dezembro de 1994 que estas receitas, Receita de Prestação de Serviços e Outras Receitas operacionais, representavam 8,49% do total das Contas de Resultado e, em dezembro de 2004, esse percentual passou para 23,30%.

Outro ponto observado é de que essas receitas praticamente dobraram em

termos percentuais de 1998 para 2000, mas o crescimento dos valores em termos monetários foi inexpressivo. Esse fato reflete a baixa na receita relativa às operações de crédito, que têm relação com a baixa dos juros e com o volume de recursos emprestados. O fato pode ser visualizado verificando os dados da Tabela 3.

Dando continuidade ao assunto, desmembra-se a Conta Receita de Prestação de Serviço em suas sub-contas, demonstrada com a Tabela 9, no sentido de visualizar se há a incidência na evolução, em termos monetários, da cobrança de tarifas, como também verificar se algum dos itens possui diferencial em relação aos outros componentes desse grupo de receitas.

**Tabela 9: Receita de Prestação de Serviço**

Em milhares de Reais

<b>2º Sem. Ano</b> <b>/ %</b>	<b>Administração</b> <b>de Fundos</b>	<b>Cobrança</b>	<b>Transferência</b> <b>Fundos</b>	<b>Outros</b> <b>Serviço</b>	<b>Rec.</b> <b>Serv.</b>	<b>Rec. Prest.</b> <b>Serviço</b>
1994	4.019	1.404	93	12.163		17.679
%	22,73	-7,94	-0,53	-68,8		
1998	4.714	7.846	773	24.683		38.016
%	-12,4	-20,64	-2,03	-64,93		
2000	4.550	6.798	1.010	27.499		39.857
%	-11,42	-17,06	-2,53	-68,99		
2004	9.055	4.270	1.216	34.266	5	48.812
%	-18,55	-8,75	-2,49	-70,2	-0,01	

Fonte: Dados secundários da pesquisa

Observa-se com a construção da Tabela 9 uma concentração de valores no item Rendas de Outros Serviços, em todos os períodos pesquisados. Uma explicação plausível decorre do fato de que a maioria das tarifas de serviços encontra-se contabilizada nesta rubrica contábil. Na seqüência, em função do percentual, destacam-se as Rendas de Administração de Fundos, depois as Rendas de Cobrança, as Rendas de Transferência de Fundos e, por último, Rendas de Serviço de Custodia.

Em função da concentração visualizada na Tabela 9, no agrupamento Rendas de Outros Serviços, são mostradas as principais rendas provenientes das tarifas desse grupo contábil em total contabilizado. Assim, a partir dessas informações, dar-se-á a construção de uma tabela, mostrando a evolução das receitas relativas a esse grupo contábil. Porém, os dados que compõem a Tabela 10 são indexados.

Nas demonstrações contábeis de 1994, as rendas de extratos e talonários eram contabilizadas na mesma rubrica (conta contábil). Na publicação do balanço de 1998, essa rubrica foi desmembrada para identificar os valores contabilizados referentes à renda sobre talonários de cheque e extratos. Porém, na Tabela 10, figura com o somatório das duas rendas.

**Tabela 10: Rendas de Outros Serviços**

Em milhares de Reais

<b>2° Sem</b>	<b>Cartão Magnético</b>	<b>Interbancária</b>	<b>Cadastro</b>	<b>Extrato Talão</b>	<b>Cesta de Tarifa</b>	<b>Carnet Assemelhados</b>
1994	349		3.118	10.794		5.090
1998	634	6.721	4.910	6.424	1.297	25.421
2000	2.675	10.348	4.526	5.310	2.303	35.983
2004	4.546	19.094	2.945	5.990	3.701	24.783

Fonte : Dados secundários da pesquisa indexados

Portanto, verifica-se com os dados da tabela acima que o comportamento das rendas referentes ao cartão magnético, à interbancária e cesta de tarifas, nos períodos mostrados, em termos monetários, tiveram crescimento constante. Com referência à renda proveniente de cadastro, observa-se um movimento decrescente, no qual a explicação deve estar relacionada ao contingenciamento de crédito imposto para a empresa a partir de 1999, devido ao processo de federalização.

Outra conta de renda que apresenta um comportamento divergente é a de cobrança de carnet e assemelhados, que teve um período crescente de 1994 a



2000, porém, em 2004, houve uma redução se comparada ao ano de 2000. A explicação pode estar novamente na federalização, em que ocorreu a fuga de clientes e, automaticamente, a redução dos negócios. A característica dessa conta contábil é do registro das tarifas referentes aos contratos de prestação de serviço (convênios) firmados entre e o BESC e seus clientes para diversas cobranças de anuidades (exemplo: clubes, escolas, associações), arrecadações de tributos e similares.

Uma outra abordagem utilizando os mesmos elementos constantes na Tabela 10 são de indexá-los aplicando os índices do IGPD-Di, com o objetivo de verificar a evolução dessas receitas, através de valores atualizados.

**Tabela 11: Rendas de Outros Serviços Indexados pelo IGPD-Di**

Em milhares de Reais

<b>2° Sem</b>	<b>Cartão Magnético</b>	<b>Interbancária</b>	<b>Cadastro</b>	<b>Extrato Talão</b>	<b>Cesta de Tarifa</b>	<b>Carnet Assemelhados</b>
1994	1.066		9.524	32.970		15.547
1998	1.407	14.921	10.900	14.261	2.879	56.435
2000	4.507	17.437	7.626	8.947	3.881	60.632
2004	4.546	19.094	2.945	5.990	3.701	24.783

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 11 indica que as receitas de tarifas atualizadas com base no IGPD-Di (base 2004) do cartão magnético, interbancária e cesta de tarifa, apesar da diferença ocorrida em 2004, teve um comportamento similar ao obtido na Tabela 10, isto é, crescente. O crescimento do uso cartão magnético configura uma mudança no comportamento do cliente bancário atual, isto é, uso de tecnologia nos procedimentos bancários, como também baixa da receita do talão, que pode estar relacionada à disseminação do uso do cartão magnético, em razão da ampliação de transações com o mesmo. As outras receitas referentes ao cadastro e carnet e assemelhados, tanto os motivos como o movimento são similares aos verificados na Tabela 10.

A partir dos fatos visualizados relativos às tabelas de tarifas e à sua contabilização proveniente da cobrança de tarifas, verifica-se uma estratificação de contas de receitas e tarifas que mantiveram o mesmo padrão. Assim, no decorrer do período analisado, o aprimoramento tecnológico proporcionou informações específicas e com transparência aos clientes e aos órgãos fiscalizadores.

#### **4.4 OS NÚMEROS DA EMPRESA – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As organizações possuem como premissa a sua sobrevivência e sucesso. Colli e Fontana (1996) salientam que na vida das empresas ocorrem dois fenômenos opostos: o custo e a receita, que se formam para o desenvolvimento da empresa. Para que a organização consiga o seu intento, ela, em sua gestão, busca soluções no aprimoramento de procedimentos, com o objetivo de racionalizar os seus recursos e de oferecer um produto ou serviço aprimorado (aceitação). Porém, ao racionalizar os seus recursos, está se falando em custo (mensuração, controle e análise), que é um tema comum nos diversos segmentos da atividade humana.

Num período não muito distante, em que a economia brasileira vivia em desequilíbrio devido ao processo inflacionário reinante, as empresas não levavam muito em consideração o quanto custava a produção de um bem, devido também ao lucro que auferiam, conforme argumenta Colli e Fontana (1996). Porém, com o controle inflacionário, esses procedimentos alteraram sensivelmente e, atualmente, pode-se dizer que o custo é o foco da gestão das empresas.

Relembrando, as áreas básicas de concentração da Contabilidade de Custo são: a determinação, o controle e a análise de custo. Em complemento à

contabilidade bancária, possuem como uma das funções a determinação do resultado, que está diretamente relacionada à gestão de custos. Essas áreas de concentração têm a função de munir os administradores de informações que os auxiliem na tomada de decisão.

Cada empresa tem a sua particularidade, conseqüentemente, a mensuração dos custos se adequará ao desenvolvimento de sua atividade produtiva. Porém, observam-se várias diferenças na mensuração entre empresas do setor industrial e serviços.

A empresa foco deste trabalho refere-se a uma instituição bancária que faz parte do setor de serviços e possui como característica principal a produção de bens intangíveis. A forma de mensuração a torna diferente daquela aplicada ao setor industrial e, na literatura que versa sobre o tema, os exemplos encontrados basicamente são construídos tendo como foco a produção de bens tangíveis. Mas, em razão do crescimento das empresas de serviços, principalmente no último século, está sendo promovida uma tendência de trabalhos direcionados para essas empresas.

A forma como os custos são registrados cria os sistemas de custeio. Segundo Horngren, Datar e Foster (2004), existem dois tipos básicos de padrão de comportamento de custo: o variável (variam proporcionalmente com o volume produzido) e o fixo (não variam com o volume da produção).

Contextualizando o conceito acima, observa-se que os custos dos bancos aproximam-se do comportamento do custo fixo, cuja instituição bancária precisa de uma gama de procedimentos para realizar suas operações, que se pode chamar de custo operacional e que não tem a ver com o volume produzido, pois cada tipo de cliente poderá utilizar algum dos seus procedimentos, em contrapartida o banco

deve ter um mix de produtos e serviços disponíveis para futuras necessidades de seus clientes.

Nesse trabalho, utilizam-se como custo fixo da empresa os valores registrados nas seguintes contas da Demonstração de Resultado: Despesas de Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Despesas Tributárias. Nessas contas, encontram-se registradas despesas com pessoal, aluguéis, impostos, segurança, comunicação, manutenção de equipamentos e demais despesas que proporcionem funcionamento da empresa. Na continuidade, são extraídos os dados das contas citadas para compor a Tabela 12, relativa às informações sobre o Custo Fixo do BESC, referentes ao período compreendido entre de 1994 e 2004.

**Tabela 12: Custo fixo do BESC**

Em Milhares de Reais

<b>Exercício</b>	<b>Despesas</b>	<b>Outras Despesas</b>	<b>Despesas</b>	<b>Total</b>
<b>Ano</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Administrativas</b>	<b>Tributárias</b>	
<b>1994</b>	211.670	57.403	2.174	271.247
<b>1995</b>	210.257	66.981	5.705	282.943
<b>1996</b>	212.981	91.533	6.563	311.077
<b>1997</b>	228.344	96.183	6.660	331.187
<b>1998</b>	170.908	75.511	7.504	253.923
<b>1999</b>	178.900	80.125	15.016	274.041
<b>2000</b>	196.361	93.221	14.672	304.254
<b>2001</b>	177.907	83.886	16.192	277.985
<b>2002</b>	570.988	86.015	17.911	674.914
<b>2003</b>	212.022	83.318	17.588	312.928
<b>2004</b>	169.086	89.512	21.571	280.169

Fonte: Dados secundários da pesquisa (DRE)

A Tabela 12 traduz o foco da gestão de custo do BESC, na qual observa-se uma concentração nas Despesas de Pessoal, o que complementa as informações citadas durante o trabalho, relativas aos diversos Planos de Demissão incentivada. Em função das contabilizações referentes às despesas com demissões, ocorre um aumento nos custos, e, no exercício seguinte, dá-se a redução. Quanto aos valores contabilizados no ano de 2002, verifica-se uma discrepância em relação aos demais exercícios, reflexo da formatação do perfil da empresa para a privatização. Essa

ação concentrou-se no controle das despesas de pessoal, identificado por uma saída em massa dos funcionários pela indenização incentivada. Porém, esse movimento continuou em 2003, conforme os dados da Tabela 12, se comparados ao ano de 2004. Entretanto, as demais contas que compunham o custo fixo apresentam uma certa regularidade nos valores contabilizados durante os anos pesquisados.

Na seqüência, é apresentada uma tabela contendo o custo fixo, apurado com os dados da Tabela 13, confrontando-a com as rendas de Prestações de Serviço e as Rendas de Operações de Crédito, no intuito de promover uma análise com esses elementos, os quais se referem ao objetivo pretendido por essa pesquisa.

**Tabela 13: Evolução do Custo Fixo, Receita de serviço e de Crédito**

Em milhares de Reais

<b>Exercício</b>	<b>Custo Fixo Fixo</b>	<b>Receita Prest. Serv.</b>	<b>Renda Op. Créd.</b>
1994	271.247	39.939	112.697
1995	282.943	53.383	407.418
1996	311.077	77.545	331.044
1997	331.187	80.442	359.093
1998	253.923	72.680	417.874
1999	274.041	74.502	322.403
2000	304.254	80.122	147.785
2001	277.985	88.514	112.191
2002	674.914	89.324	177.018
2003	312.928	88.268	81.051
2004	280.169	93.641	82.500

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 13 demonstra que as receitas de serviço de 1994 a 2004 possuem uma tendência de aumento. Porém, as receitas auferidas nas operações de crédito apresentaram um movimento inverso, caracterizado pela perda de remuneração desse tipo de intermediação financeira. Essa tabela pode comprovar a hipótese do estudo, que com a baixa da taxa de juros provocou uma redução de receita com as operações de crédito, porém o custo operacional está sendo equilibrado com a evolução das receitas provenientes dos serviços prestados, receitas essas

denominadas de tarifas bancárias.

#### **4.5 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

As empresas de serviço e, neste caso específico, caracterizada por uma instituição bancária, segundo as obras utilizadas neste estudo, argumentam que seus custos fixos (gastos operacionais), além de figurarem como um tipo de característica, representam o maior volume de recursos disponibilizados para o desenvolvimento de suas atividades, e a despesa de pessoal é a responsável por três quartos dos seus custos.

Os custos fixos, em geral, não têm uma relação direta com o volume de produção. Mas, para que a empresa possa sobreviver, tem que haver equilíbrio entre as receitas e os custos.

Sendo assim, observou-se que a empresa, na publicação dos seus Relatórios Anuais, sempre se preocupou com as despesas administrativas. Para reforçar a argumentação, cita-se o do Relatório Anual de 1996, o qual afirma: “Ao longo dos últimos anos, o BESC vem adotando política de diminuição de despesas administrativas, acompanhando a tendência do Sistema Financeiro Nacional”.

Essa política de diminuição das despesas administrativas está basicamente concentrada na diminuição do quadro de pessoal, objetivando a redução do custo com funcionários e concentrando-se em ações voltadas à aposentadoria e à demissão incentivada. Cabe salientar que mesmo antes da federalização ocorreram em diversos momentos demissões incentivadas também envolvendo um número expressivo de funcionários. O movimento de redução do quadro de pessoal consiste numa prática de controle, tendo como foco o custo da instituição.

Para ilustrar o quanto o custo de pessoal foi combatido no decorrer das gestões, ao utilizar a prática da redução de pessoal, cita-se o seu relatório Anual de 1994, no qual encontram-se registrados o total de 5.991 funcionários. Como forma de traçar um paralelo, em dezembro de 2004 o conglomerado Besc possuía 3.021 funcionários. Cabe ressaltar que esse procedimento é uma tendência das empresas da atualidade.

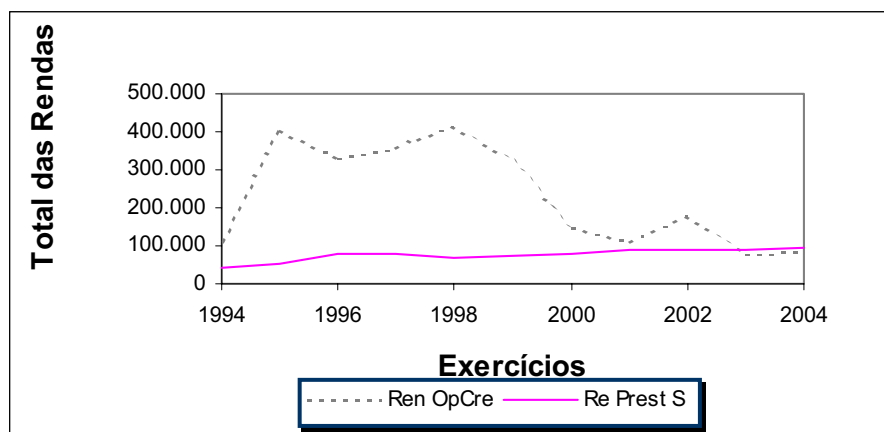
Portanto, no decorrer do trabalho, e em especial na Tabela 12, são mostrados os valores contabilizados referentes à despesa de pessoal relativa ao período abrangido pela pesquisa. Os valores contabilizados em 2002 são discrepantes aos demais exercícios devido ao grande número de demissões decorrentes do PDI. Com referência aos outros anos, observa-se uma tendência à redução, que traduz ações de controle do custo de pessoal.

Sendo assim, para fazer frente aos custos fixos citados no estudo, o BESC foi observado com o intuito de verificar o comportamento da remuneração auferida com as operações de crédito, confrontando com as receitas de tarifas, compreendendo o período de 1994 a 2004.

Observou-se primeiramente a comprovação das teorias sobre as empresas de serviços, para as quais as despesas decorrentes da mão-de-obra são responsáveis pela maioria de seus custos. Na seqüência, constatou-se que nas receitas provenientes da intermediação financeira, caracterizadas neste estudo de operações de crédito, ocorreu uma redução no decorrer do período, e os fatores responsáveis encontram-se relacionados à redução dos juros (*spread*), fruto da Política monetária brasileira de controle da inflação.

Todavia, essas reduções na remuneração das operações de crédito foram compensadas com o aumento gradual das receitas de prestação de serviço, solução

encontrada para equilibrar seus custos. Abaixo, segue o Gráfico 3, no qual demonstra o movimento das receitas com operações de crédito e prestação de serviços.



Fonte: Dados da pesquisa

**Gráfico 3: Rendas de Operações de Crédito e Prestação de Serviços**

Outro ponto que deve ser considerado é risco ou inadimplência das operações de crédito. Além de ser um dos motivos citados por Troster (2005), o qual torna o *spread* alto e influencia a redução dessa remuneração. Por outro lado, as tarifas não possuem essa característica e contribuem com uma parcela maior na rentabilidade auferida com a prestação de serviço.

Portanto, essa observação pode ser visualizada com a simulação dos exemplos abaixo, referentes a um crédito pessoal com uma taxa de 4,5 % a m. e de um crédito pessoal em consignação (desconto na folha de pagamento), comparando com as tarifas praticadas na liberação desses créditos.

**Tabela 14: Receitas com crédito pessoal**

Encargos	Taxa 4,5%am	Taxa 1,72%am	Tarifas	Valor
Valor Bruto	R\$ 1.046,31	R\$ 1.018,47		
Juros	R\$ 46,31	R\$ 18,47	TAC	R\$ 20,00
IOF	R\$ (1,23)	R\$ (1,23)	Cadastro	R\$ 15,00
Custo Captação	R\$ (14,80)	R\$ (14,80)	Man conta	R\$ 5,00
Impostos	R\$ (4,00)	R\$ (0,32)		
Receita Bruta	R\$ 26,27	R\$ 2,12	Receita	R\$ 40,00

Fonte: Dados da pesquisa



Essa simulação acima está relacionada à abertura de uma conta bancária para a liberação do crédito. Sendo assim, a Tabela 14 mostra as receitas auferidas em uma operação de crédito com taxas diferentes, mas tendo o mesmo prazo de vencimento, isto é, 30 dias (um mês). Essa simulação foi realizada com a taxa SELIC de dezembro de 2004 para o custo de captação. O IOF e os impostos seguiram o direcionamento da obra de Troste (2005). Confrontando as remunerações, verifica-se que as receitas com tarifas contribuem com percentual maior, tanto para a reintegração das despesas como para o lucro, e sem risco característico do crédito. Já a remuneração referente às operações de crédito são menores e possuem o agravante da inadimplência: caso o cliente não pague, será provisionado capital emprestado mais os juros.

Assim, uma outra abordagem pretendida é de verificar a proporção das Receitas de Prestação de Serviço sobre as Rendas de Operações de Crédito, visualizadas a partir da construção da Tabela 15.

**Tabela 15: Proporção das Receitas de Serviço**

<b>Exercício</b>	<b>A = Receita Prest. Serv.</b>	<b>B = Renda Op. Créd.</b>	<b>A/B</b>
1994	39.939	112.697	35%
1995	53.383	407.418	13%
1996	77.545	331.044	23%
1997	80.442	359.093	22%
1998	72.680	417.874	17%
1999	74.502	322.403	23%
2000	80.122	147.785	54%
2001	88.514	112.191	79%
2002	89.324	177.018	50%
2003	88.268	81.051	109%
2004	93.641	82.500	114%

Fonte: Dados da pesquisa

O movimento observado referente às rendas auferidas com a prestação de serviço foi aumentando o seu percentual no decorrer do período compreendido da pesquisa. Salienta-se também que esse percentual poderia ser ainda maior, caso

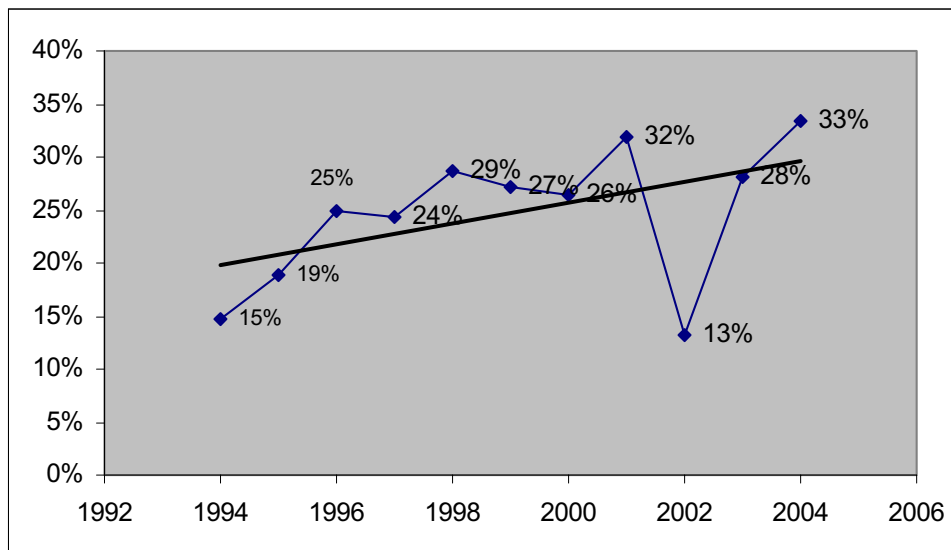
houvesse a possibilidade de acesso a outros relatórios gerenciais do BESC, pois cabe lembrar que na conta contábil de Rendas de Operações de crédito estão contabilizados créditos lançados em prejuízo e recuperados, o que desvirtua os valores.

A Tabela 15 mostra que no exercício de 1994 as Receitas com serviço representavam 35% do volume das receitas com Operações de crédito, mas essa proporção inverteu no decorrer do período para chegar ao exercício de 2004 sendo superior em 14%. Novamente em 2002 o percentual foi discrepante, devido a metodologia contábil. Mas, caso fosse suprimido o valor da renegociação das Letras do Tesouro de Alagoas, essa divergência deixaria de ocorrer.

Desse modo, para concluir as análises pretendida da pesquisa, com os dados extraídos do BESC, realiza-se a observação do quanto da Receita de Prestação de Serviço contribui com o Custo Fixo do BESC. Os elementos utilizados são originados da Tabela 13, na qual constam o custo fixo e as rendas auferidas com a prestação de serviço no período da pesquisa.

Assim, os dados foram transformados no Gráfico 4 com o intento de demonstrar que as evoluções da proporção das receitas de serviço contribuem com o custo fixo do BESC.

O gráfico abaixo mostra que a receitas de prestação de serviço têm contribuído com um percentual crescente para o custo fixo. Novamente o dado discrepante do gráfico acima se refere ao ano de 2002. Porém, neste momento, caracteriza o evento da demissão incentivada, com a saída de uma grande quantidade de empregados. Os demais exercícios demonstram que as rendas com a prestação de serviço estão com um movimento crescente.



Fonte: Dados da Pesquisa

**Gráfico 4: Proporção da Receitas de Serviço X Custo Fixo**

Assim, os levantamentos realizados no decorrer da pesquisa demonstram que houve queda da rentabilidade nas operações de crédito, e que o equilíbrio das despesas, segundo as análises efetuadas, decorre do crescimento das rendas de prestação de serviço, corroborando com a conjectura proposta para esse estudo.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Compreender um fato isolando-o torna-se complicado ou o seu entendimento pode ser distorcido daquilo que realmente representa. Pautada nesse ponto de vista é que o presente transcorreu o seu desenvolvimento, buscando na história organizacional e no ambiente em que a empresa se encontra inserida fundamentar as informações para responder os questionamentos da pesquisa, de modo que o entendimento e o resultado sejam coerentes com os eventos pesquisados.

A literatura que fundamenta o tema auxiliou para a compreensão dos aspectos abordados na busca da solução do questionamento proposto e pode ser vista sob alguns enfoques. O assunto-foco dessa pesquisa foi fundamentado em diversas áreas de conhecimento, devido às ramificações que o estudo exigiu.

Sendo assim, a origem da fundamentação teórica encontra-se nos livros clássicos contábeis, onde as teorias foram desenvolvidas a partir das empresas de manufatura, incluindo os seus exemplos. Já, as teorias acerca das empresas de serviço, referiam-se com breve citação. Nas obras contábeis recentes, observa-se uma evolução das teorias de custos focando as empresas de serviços. Esse fato encontra-se relacionado à importância dessas empresas na economia global, que

está despertando o interesse e provocando desenvolvimento e utilização de metodologias de custeio na gestão das empresas de serviço, com destaque para o Custeio Baseado em Atividades.

Outro ponto refere-se às publicações realizadas por órgãos ligados ao setor bancário. Nessas obras, os conceitos abordados estão mais dissecados, enquadrados ao momento atual vivido pelo setor. Nos órgãos ligados diretamente ao setor, observa-se uma preocupação constante sobre temas ligados ao segmento bancário, tanto que algumas obras são fruto de estudos encomendados a estudiosos da área, promovendo aprofundamento de teorias que diferem dos conceitos encontrados em obras acadêmicas. Esses estudos, no futuro, poderão influenciar mudanças nas teorias acadêmicas vigentes.

No desenvolvimento do estudo, encontra-se transparente o controle de custos, principalmente no item relacionado ao custo de pessoal. Esses comportamentos visualizados foram possíveis verificando-se os números da empresa no período compreendido entre 1994 e 2004, no qual a empresa, para o desenvolvimento de suas atividades, gera informações sobre seus custos, e, nas suas publicações, o item relacionado ao custo com pessoal está sempre em evidência. Outros destaques são as ações referentes ao controle das operações que conduzam ao lucro operacional, auxiliando a tomada de decisão. Esses procedimentos de levantamento de informações sobre custos, com vistas ao controle e auxílio à tomada de decisão, configuram a finalidade da Contabilidade de Custo.

## **5.1 Conclusões**

O objetivo geral do estudo que foi o de verificar o comportamento do *spread*

de crédito e a evolução das tarifas bancárias no BESC, sob o enfoque dos custos e das receitas, no período compreendido entre 1994 e 2004. O período abordado pelo trabalho encontra-se relacionado a uma ação da Política Monetária brasileira, denominado de Plano Real com o foco do controle da inflação e conseqüentemente os juros praticados pelo setor financeiro nacional.

Esse evento constituiu-se uma variável externa que as empresas em geral tiveram que se adequar ao um ambiente com baixo índice de inflação. No setor bancário observaram-se mudanças nas praticas administrativas (gestão dos custos), comportamentais e nas receitas de serviço. As exemplificações desses aspectos foram extraídas do Banco do Estado de Santa Catarina S/A, que além de ser um intermediário financeiro, também é classificado com uma empresa de serviço.

Conclui-se através dos dados pesquisados e trabalhados, envolvendo a construção de tabelas e gráficos com o intuito de fundamentar as diversas análises, as quais corroboraram com a aprovação da conjectura, que o custo operacional do BESC foi equilibrado com a cobrança de tarifas. Essa alteração decorre das conseqüências da implementação do Plano Real, o qual provocou a redução das taxas com operações de crédito com o passar dos anos e, conseqüentemente, a receita do banco com esse tipo de serviço. Esse fato pode ser visualizado observando-se os dados constantes na Tabela 13: Evolução do Custo Fixo, Receita de serviço e de Crédito, conforme pode ser observado no Capítulo 4.

Os objetivos específicos propostos desse estudo foram fundamentais para a compreensão do evento como um todo, que é caracterizado por procedimentos de delineamentos da pesquisa, os quais auxiliaram no direcionamento dos conteúdos e fenômenos ligados a tema e ao problema da pesquisa, necessários para a sua conclusão.

Os assuntos envolvidos pelos objetivos específicos foram: elementos que influenciam na formação da taxa de juros e *spread*, evolução histórica e identificação das tarifas bancárias referentes à prestação de serviço, a identificação da estrutura do custo operacional e a evolução das receitas referentes à tarifa e às operações de crédito.

Os levantamentos históricos realizados acerca de taxas de juros e tarifas bancárias, no período proposto pelo estudo, mostraram aspectos da mudança ocorrida no setor bancário brasileiro, com estabilidade econômica implementada pelas ações da Política Monetária brasileira. Os juros baixos alteram a rentabilidade dos bancos de modo geral, pois se referem a fatores macroeconômicos, esse tipo fator provoca nas empresas ações de ajustes ao novo ambiente.

As tarifas bancárias se intensificaram, mas figuram como uma ferramenta de concorrência entre as instituições, comprovadas pela tendência de seus preços estarem relacionados aos praticados pelo mercado. Assim, até o presente momento, o BESC não utiliza nenhum método de custeio para mensurar o preço das tarifas. Pelo relato de funcionários antigos, foi feita a observação de que há alguns anos o banco utilizou uma metodologia abordando o “tempo e movimento” de certos serviços, para verificar os custos dessas transações. Porém, essa tendência de os preços das tarifas serem ditados pelas forças do mercado pode ser mesclada, no futuro, com métodos de custeio que estão sendo desenvolvidos e aprimorados pelos estudiosos do assunto.

Como consequência da mudança da remuneração dos bancos, com foco na cobrança tarifas, pode-se dizer que os consumidores bancários devem procurar informar-se sobre os serviços normalmente utilizados, pois ocorre uma diferença de tarifação entre os diversas instituições financeiras. Em contrapartida, para os bancos

quanto maior a fragmentação dos serviços e sua utilização por um mesmo cliente, maior a rentabilidade.

No decorrer da pesquisa, ao verificar o direcionamento do atendimento ao cliente de outras instituições bancárias, observa-se uma diferença no preço da tarifa de um mesmo serviço quando realizado no auto-atendimento, Internet, caixa ou atendente. Cabe salientar que quando do levantamento realizado envolvendo a evolução de algumas receitas de tarifas, no item relacionado ao cartão magnético, observou-se que além do aspecto monetário crescente, o comportamental evidenciou-se firmando o uso da tecnologia nos procedimentos bancários. Assim como este item destacou-se, outros parâmetros podem ser pesquisados em nível das receitas e dos custos, relacionando-os com mudanças de comportamento dos clientes bancários após a estabilização econômica.

O evento que permeou as limitações decorre do processo de federalização da empresa, distorcendo algumas análises e provocando outras formas de testar os dados extraídos da instituição. Mas essas dificuldades não invalidaram o objetivo do estudo, apenas foi testada a disciplina de buscar alternativas para a conclusão.

No período estudado vários foram os aspectos observados, tais como redução dos negócios e controle de pessoal, que traduziram como ocorre a modelagem de uma empresa para a privatização, sendo por vezes até cruel, deixando a empresa sem vida própria, devido a determinações das ações impostas. O controle de pessoal, traduzido pela gestão dos custos de pessoal, sempre teve lugar de destaque nas diversas administrações do BESC, comprovado nas diversas publicações do resultado operacional. Mas, neste período em especial, caracterizado pela federalização com a saída de um número expressivo de funcionários proporcionou uma redução dessa despesa, conseqüentemente redução desse tipo



de custo. Porém, o BESC está alinhado a tendência do setor, de controlar e reduzir o custo de pessoal para rentabilizar suas atividades, proporcionando sua continuidade empresarial.

As tarifas bancárias, pode-se dizer que, foram oportunizadas pela característica do setor no Brasil, onde a arrecadação (de impostos e dos diversos tipos de recebíveis) e o pagamento (de benefícios e salários) encontram-se relacionadas. Os bancos para realizarem essas transações atualmente são remunerados, pois antes do Plano Real o *float* dos recursos cobriam os custos dessas prestações de serviços. Verifica-se que a função social realizada anteriormente foi suplantada pela função econômica.

Como os documentos da empresa disponibilizados na maioria foram de domínio público, isto é, a publicação legal, houve dificuldade no acesso a documentos anteriores a 1994, no qual poderiam evidenciar o diferencial no comportamento entre *spread* e as tarifas bancárias.

As informações estudadas abrangeram somente o comportamento dos números do BESC, o que indica também uma limitação das análises realizadas e também pelo fato de ser um banco público. Porém, como a empresa faz parte de um setor altamente regulamentado, pode haver uma tendência desse comportamento ser similar às outras instituições financeiras.

## **5.2 Recomendações**

O problema abordado neste estudo, para ser generalizado com outras instituições, terá que ser testado, apesar da tendência do comportamento das variáveis trabalhadas demonstrar uma semelhança com os demais bancos

brasileiros. Os conteúdos apresentados, como taxa SELIC, índices de inflação, *spread* praticado pelos bancos e tarifas, correspondem aos elementos presentes nos procedimentos da atividade bancária.

Este estudo poderá ser o embrião de outras pesquisas envolvendo tanto o setor bancário como os consumidores desse segmento, confrontando o comportamento das tarifas entre os bancos.

Nesse contexto a privatização e as tarifas bancárias poderiam ser o centro de uma pesquisa simulando a troca do controle acionário do BESC para outros bancos, mais especificamente o que representaria para cliente, em termos de custo, a manutenção da conta corrente, realizando um comparativo.

As rendas auferidas com as tarifas bancárias podem-se dizer que estão contribuindo com um percentual crescente no custo operacional do BESC. Outra abordagem seria a de observar esse comportamento nas outras instituições bancárias. Além do que, utilizar outros tipos custos e adaptar a um método de custeio para auxiliar na formação dos preços das tarifas ou que atenda a outras necessidades e objetivos da instituição, poderia ser proposto pela entidade.

Em decorrência dos recentes estudos envolvendo o *spread* bancário, uma outra análise poderia abordar novo conceito de *spread* desenvolvido pelos professores da FIPECAFI (2005). Também outras pesquisas poderiam se ater a visualizar o andamento de ações práticas que promovam a redução da cunha fiscal monetária e tributária, agilizadas pelo mercado, que resultem na baixa do *spread*, segundo a visão de Troster (2005).

O Estado já teve a experiência de ter uma empresa privatizada, porém, do setor de telecomunicações, que foi a TELESC. No processo dessa privatização, será

que houve procedimentos semelhantes ao processo de federalização que o BESC está vivendo? E para o Estado será positiva a privatização do BESC, em termos de emprego e renda? Com certeza esses questionamentos e outros podem ser respondidos com outros estudos, pois processos de reestruturações são ricos para a construção de conhecimentos.

Até este momento, o BESC está federalizado, mas, caso ocorra ou não a sua privatização, o momento de conflito é propício para comprovar ou refutar estudos organizacionais, os quais poderão servir de referência para outros trabalhos (SHEIN, 2001; PETTIGREW, 1996).

Finalmente, ao concluir esse estudo, tem-se a consciência de que há muito a se fazer, e que o resultado obtido é fruto dos conceitos e informações que fizeram parte deste estudo.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES FILHO, Antônio; RODRIGUES, Carlos Alberto Alves; OLIVEIRA, João Maria de. **BESC uma idéia 35 anos depois**. Porto Alegre: Mares do Sul, 1997.

ASSAF NETO, Alexandre et al. **A dimensão real do spread bancário – 2004**. FIPECAFI, disponível em: <http://www.febraban.org.br/> Artigos & Análises, Estudos, textos e ensaios, Acesso em 24 de agosto de 2005. São Paulo, 2004.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BABBIE, Earl. **The practice of social research**. California: Wadsworth Publishin Company, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Sistema Financeiro Nacional, Informativo sobre operações bancárias, **Taxas de operações de crédito – dados consolidados**, Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/> Acesso em: 30 de setembro de 2005. Brasília, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Economia e finanças, SELIC – Mercado de títulos públicos, **Taxa SELIC**; Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/> Acesso em 24 de junho de 2004 e em 09 de março de 2005. Brasília, 2005.

BEZERRA, Francisco Antonio. **Uma avaliação da aplicação da metodologia de custeio ABC em bancos**. Publicado em 29.02.04. ABC:Anais- Associados: X Congresso: Trabalhos: Gestão Estratégica de Custos.

BORGERT, Altair. **Construção de um sistema de gestão de produtos à luz de uma metodologia construtiva multicritério**. Florianópolis, 1999. 441p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BORGERT, Altair; BORBA, Alonso José; SILVA, Márcia ZANIEVICZ da; **Um método de custeio híbrido para mensuração dos custos em uma empresa prestadora de serviço por encomenda**. In: XXV ENEGEP, Porto Alegre, 2005.

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise Gerencial de Custos**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CARVALHO, Maria Cristina. **Oportunidades para alianças saudáveis**: o sistema financeiro nacional já atravessa nova fase de consolidação. *Gazeta Mercantil, Balanço Anual*: São Paulo, Julho/2001.

CASTRO, C.M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

COLLI, José Alexandre e FONTANA, Marino. **Contabilidade bancária**. São Paulo: Atlas, 1996.

CUNEGUNDES, Patrícia; ALISKI, Ayr. **Oito tentativas para reformular o sistema**. *Gazeta Mercantil*, 15.10.02 p. A 8.

DRUCKER, Peter F. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 2001.

FALCÃO FILHO, Aluizio. Bancos de 7 vidas. **Suplemento da Edição nº 62 de Forbes Brasil**. São Paulo, 30.04.2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**: Produtos e Serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HANSEN, Don R., MOWEN, Maryanne M. **Gestão de Custos**. Contabilidade e controle. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

HILLBRECHT, Ronald. **Economia monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

HORNGREN, Charles T.; SUDEM, Gary L. e STRATTON, William O. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1980.

KRASELIS, Sérgio; BALBINOTTI, Jean. **O BESC será leilado em dezembro**. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 01.11.2002.

LAKATOS, E.V., MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E.V., MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1992.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: um enfoque administrativo**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. São Paulo: Atlas, 1998.

MATZ, Adolph, CURRY, Othel J. e FRANK, George W. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 1973, Volume 1.

MODÉ, Leandro. Da defesa para o ataque. **Suplemento da Edição nº 62 de Forbes Brasil**, São Paulo, 30.04.2003.

PETTIGREW, Andrew M. **A cultura das organizações é administrável?** In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. *Cultura e poder nas organizações*. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVEIRA NETO, Manoel Pinto, BEZERRA, Francisco Antônio. **Modelo de custos ABC para bancos: Uma análise de necessidades de informação e desenho estrutural**. Publicado em 30.03.03. ABC: Anais - Associados: VIII Congresso: Mensuração e Gestão de custos no comércio, na construção civil e no setor de serviços.

SANT'ANA, Antonio José. **Economia Monetária**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

SHEIN, Edgar H. **Guia da sobrevivência da cultura corporativa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

TROSTER, Roberto Luiz. **Spread bancário no Brasil**. Disponível em <http://www.febraban.org.br/> Artigos & Análises, Estudos, Textos e ensaios/ Acesso em 24 de agosto de 2005. São Paulo, 2005.

VANDERBECK, Edward J. e NAGY, Charles F. **Contabilidade de Custo**. São Paulo: Pioneira, 2003.

## **ANEXOS**

Nesta seção será incluído o material complementar ao texto. Mais especificamente o quadro relativo a tabela parcial das tarifas praticada pelo BESC em dezembro de 2004, com o objetivo de mostrar a sua forma e dados que envolvem a referida tarifação.

PRODUTO	VALOR R\$	EXTRATO AUTO ATENDIMENTO	EXTRATO CONVENCIONAL
<b>CADASTRO</b>			
Pessoa Física (Confecção e Renovação)/Anual	15,00	Tar Cadastro	Tarifa de Cadastro
Pessoa Jurídica (Confecção e Renovação)/Anual	50,00	Tar Cadastro	Tarifa de Cadastro
Declaração de Idoneidade Financeira	20,00	Tar Decl Idonei	Tar Declaração de Idoneidade
Exclusão do Relatório de Impedidos de Operar com o Besc/Reabilitação	20,00		Não transita em C/C
<b>CHEQUES</b>			
Talonnário com 20 folhas (Cobrado a partir do 2º Talão do Mês)			
- Cheque TB	6,60	Tar Talão Cheque	Tarifa Talão de Cheque
- Cheque Simples	6,60	Tar Talão Cheque	Tarifa Talão de Cheque
- Cheque Especial	6,60	Tar Talão Cheque	Tarifa Talão de Cheque
- Cheque com logomarca	8,00	Tar Ch C/Logomarca	Tarifa Cheque c/Logomarca
Cheque Empresa			
-Formulário Contínuo C/Cópia (por cheque)	0,40	Tar Ch Emp C/Cop	Tar Ch Empresa C/Cópia
-Formulário Contínuo S/Cópia (por cheque)	0,35	Tar Ch Emp S/Cop	Tar Ch Empresa S/Cópia
-Formulário A4 (por cheque)	0,35	Tar Ch Empresa A4	Tar Ch Empresa A4
-Formulário A4 com Logomarca (por cheque)	0,43	Tar Ch Empra4 Log	Tar Ch Empra4 C/Logomarca
-Cheque Avulso ( Por Cheque)	2,64	Tar Ch Avulso	Tarifa Cheque Avulso
Registro de Sustação/Contra Ordem de Pagamento de Cheque ( por cheque)	6,00	Tar Sustação Ch	Tarifa Sustação Cheque
Registro de Cancelamento de Cheque em Branco (Roubo/Furto e Extravio) por Cheque	6,00	Tar Ch Cancelado	Tarifa Cheque Cancelado
Cheque Devolvido sem Provisão de Fundos - Por Cheque ( Além da Taxa de R\$ 0,35 Cobrada pelo Serviço de Compe)	10,00	Tar Ch Devolvido	Tarifa Cheque Devolvido
Acatamento de Ch s/Provisão de Fundos(por Ch)	10,00	Tar Ch Acatado	Tar Ch Acatado Sem Fundos
Cheque Emitido com Valor inferior ou igual a R\$ 30,00 (Caixa/Compensação) Por Cheque (Isento p/Cheque Nobre Júnior)	0,55	Tar Cheque Menor	Tarifa Cheque Menor
Cheque Emitido com Valor Superior a R\$4.999,99 (por Cheque Compensado)	0,10%	do Valor Tar Cheque Maior	Tarifa Cheque Maior
Taxa de Exclusão do CCF Repassado ao Bco Brasil ( Por Cheque)	6,82	Taxa Exclusão CCF	Taxa Exclusão CCF
Tarifa de Exclusão do CCF ( Por cheque)	17,00	Tar Exclusão CCF	Tarifa de Exclusão CCF
Regularização de Cheque Pré-Envio ao CCF	17,00	Tar Pré-Envio CCF	Tar Regul Pré-Envio CCF
Serviço de Custódia de Cheque			
- Inclusão de Cheques/por cheque	0,22	Tar Custódia	Tarifa de Custódia
- Exclusão/Alteração de Cheque/por cheque	5,00	Tar Custódia	Tarifa de Custódia
- Relatório por solicitação na Internet/Agência	5,00	Tar Custódia	Tarifa de Custódia
<b>MANUTENÇÃO DE CONTA ATIVA</b>			
Manutenção de Conta Corrente/Mensal (Isento p/Cheque Nobre Júnior)			
- Pessoa Física	5,00	Tar Manut C/Ativa	Tarifa Manut Cta/Ativa
- Pessoa Jurídica	7,50	Tar Manut C/Ativa	Tarifa Manut Cta/Ativa

Fonte: Dados secundários da pesquisa

**Quadro 5: Tabela parcial de tarifas do BESC de Dezembro/2004**